



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

***‘ELA QUERIA DAR O FURO’*: A VIOLÊNCIA DIGITAL
CONTRA MULHERES JORNALISTAS COMO ESTRATÉGIA
DE DESINFORMAÇÃO**

GIOVANA BRAGA KEBIAN

Rio de Janeiro

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

***'ELA QUERIA DAR O FURO'*: A VIOLÊNCIA DIGITAL
CONTRA MULHERES JORNALISTAS COMO ESTRATÉGIA
DE DESINFORMAÇÃO**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Jornalismo.

GIOVANA BRAGA KEBIAN

Orientadora: Profa. Dra. Tatiane Cruz Leal Costa
Coorientadora: Profa. Dra. Daniela Osvald Ramos

Rio de Janeiro

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

B25' Braga Kebian, Giovana
'Ela queria dar o furo': a violência digital
contra mulheres jornalistas como estratégia de
desinformação / Giovana Braga Kebian. -- Rio de
Janeiro, 2022.
91 f.

Orientadora: Tatiane Cruz Leal Costa.
Coorientadora: Daniela Osvald Ramos.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da
Comunicação, Bacharel em Comunicação Social:
Jornalismo, 2022.

1. violência contra mulheres jornalistas. 2.
violência digital. 3. assédio de gênero. 4.
desinformação. I. Cruz Leal Costa, Tatiane, orient.
II. Osvald Ramos, Daniela, coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE
JANEIRO

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia ***‘Ela queria dar o furo’***: a violência digital contra mulheres jornalistas como estratégia de desinformação, elaborada por Giovana Braga Kebian.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia 25 de julho de 2022

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Tatiane Cruz Leal Costa
Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Departamento de Fundamentos da Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Coorientadora: Profa. Dra. Daniela Osvald Ramos
Doutora em Comunicação pela Universidade de São Paulo
Departamento de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Igor Pinto Sacramento
Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. João Paulo Carrera Malerba
Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Departamento de Métodos Aplicados e Práticas Laboratoriais da Universidade Federal de Juiz de Fora

Rio de Janeiro

2022

AGRADECIMENTOS

Mais que uma monografia requisito para obtenção do diploma, este trabalho significa a materialização de quase dois anos intensos de dedicação à pesquisa e aprofundamento em um tema que se torna cada vez mais emergente a discussão. Durante essa trajetória, enfrentei alguns obstáculos impostos pela rigidez do mundo acadêmico, a conciliação entre a escrita da monografia e o trabalho em uma redação jornalística e outros desafios pessoais. Entregar este TCC concretiza a prova para mim mesma que sou capaz de me tornar pesquisadora, um sonho que vem se tornando realidade graças à ampla rede de apoio que pude contar ao longo da minha vida.

Agradeço aos meus pais, Letícia e Antonio, por me garantirem a melhor educação possível, incluindo oportunidades que eles nunca puderam ter. Às minhas irmãs, Di e Ka, por serem meus grandes exemplos em termos de dedicação, compromisso e valorização dos estudos. Fonte de todo carinho, acolhimento e compreensão, minha família foi sempre a minha maior torcida, me deu liberdade e apoio para me tornar o que eu quisesse e estive junto comigo para vibrar a cada passo conquistado.

Como de praxe, sou grata à Universidade Federal do Rio de Janeiro e à Escola de Comunicação, incluindo todo quadro de funcionários que de alguma maneira contribuíram para o funcionamento da instituição e para minha formação pessoal e profissional. Em especial, aos professores Marcelo Kischinhevsky, João Paulo Malerba e Paulo Roberto Pires, grandes mestres e inspirações que tive a honra de ser aluna. A ECO me permitiu descobrir um mundo de possibilidades, estudar autores que nunca tinha ouvido falar e expandir meus horizontes. Foi através da UFRJ que encarei um dos maiores desafios da minha vida, quando passei seis meses estudando na terceira universidade mais antiga do mundo, em Valladolid, na Espanha.

Às minhas orientadoras Tati e Dani, por aceitarem embarcar junto a mim nesta jornada, encararem o desafio de fazer pesquisa com dados e trabalhar com um tema que esgota nossa saúde mental. Obrigada pela atenção minuciosa aos detalhes, pela orientação impecável e, principalmente, por acreditarem tanto quanto eu no potencial deste trabalho.

Não poderia deixar de agradecer à Ludmila Fontenele Calvancanti e a todos os integrantes do Grupo de Pesquisa e Extensão Prevenção à Violência Sexual por toda troca e aprendizado compartilhado em um encontro quase predestinado. Lud, obrigada por ser nossa “mãe acadêmica” e por me acolher no grupo responsável por eu ter adquirido autonomia e maturidade científica a fim de dar o pontapé inicial desta pesquisa.

Agradeço também à Universidade de São Paulo, onde pude desenvolver o projeto de iniciação científica que culminou neste trabalho, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela concessão da bolsa que financiou parte da pesquisa, e aos pesquisadores do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (OBCOM) da USP, pelos debates compartilhados.

Não posso deixar de mencionar meu agradecimento aos colegas e amigos da Band, onde fiz dois estágios que marcaram minha trajetória durante os anos de faculdade. Obrigada pela troca diária no cotidiano caótico de cobertura factual no Rio de Janeiro, por todo aprendizado e confiança para encarar desafios que me amadureceram profissionalmente. Agradeço em especial aos meus chefes Natashi Franco e Christiano Pinho, ao timaço de estagiários e à minha repórter favorita e ex-ecoína Gabi Morgado.

Aos colegas de curso e aos amigos que fiz para vida dentro da UFRJ, obrigada por tornarem esses quatro (cinco) anos mais leves e especiais. Cada choppada, cervejada, bandeirão, trote, jogos e afins contribuíram para dar sentido a esta jornada. Lud, Maria, Giulia e Giulia, Luiza, Bel, Gus, Renato, Nat, Henrique, Carol, Julia, Helena, Leo e Assad, vocês marcaram essa história. *A las chicas de Valladolid, Barbara, Gabi, Julia, Rulia, Mari y Clari, gracias por ser mi familia durante nuestra estancia en el otro lado del Atlántico.*

À Alice, Fe Caldas, Fe Braga, Lu Rainho, Lupi, Lu Portella, Lubiana, Luana, Lara, Cece, Mari e Maria, por estarem presente em todos os momentos da minha vida, incluindo esta etapa final da formatura. Agradeço também às amigas que compartilharam comigo os desafios do mundo acadêmico, que leram meus resumos e me ajudaram a tomar decisões importantes, Dri, Fernanda, Júlia, Helena, Helena e Amanda. À Mari Barreto, obrigada por me apresentar a ferramenta eTC Twitter Crawler, fundamental para elaboração deste trabalho. Ao Sci Hub, sou eternamente grata por quebrar as fronteiras da ciência e possibilitar que eu tivesse acesso à maior parte da bibliografia utilizada.

À minha psicóloga, Lilia, agradeço por todas as sessões que passei falando sobre o TCC. E também por todas aquelas reclamando dos problemas e desafios na academia. Obrigada por não me fazer desistir.

Por fim, não poderia deixar de agradecer à Patrícia Campos Mello, à Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo e a todas as jornalistas mulheres que se desbravaram cobrindo política – ou qualquer outro assunto – nos últimos quatro anos. Vocês são meu exemplo e o motivo deste trabalho existir.

*The easiest part is dealing with the
impact of online violence and disinformation
on me. I just see the impact on the world and,
I don't know why we are not panicking.*

(Maria Ressa)

KEBIAN, Giovana Braga. *'Ela queria dar o furo'*: a violência digital contra mulheres jornalistas como estratégia de desinformação. Orientadora: Tatiane Cruz Leal Costa. Coorientadora: Daniela Osvald Ramos. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Jornalismo). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2022.

RESUMO

Agressões digitais contra mulheres jornalistas tornaram-se cada vez mais frequentes e apontam perigos para o exercício da profissão e para a manutenção do regime democrático. O surgimento de um ambiente tão hostil às profissionais da imprensa acontece simultaneamente ao aumento da desinformação nas redes sociais digitais, fenômeno que afeta diretamente o jornalismo. O presente trabalho teve como objetivo realizar um estudo de caso sobre o episódio de violência digital ocorrido com a jornalista Patrícia Campos Mello, da *Folha de S. Paulo*, em 2020, identificando a relação entre os ataques contra mulheres jornalistas no Twitter e as narrativas de desinformação. Uma amostra de 273 *tweets* em resposta à conta oficial da jornalista, de uma coleta original de mais de 18 mil mensagens extraídas por meio da plataforma *eTC Twitter Crawler*, foram analisados. A partir desta base de dados, foram elaboradas categorias frequenciais e temáticas, que auxiliaram na discussão deste trabalho. Os resultados apontaram que os ataques direcionados à jornalista reproduzem narrativas falsas ao mesmo tempo em que se baseiam em atributos de gênero para desqualificar a profissional. As mensagens fazem uso de termos violentos, explícitos e repletos de misoginia, além de sugerir que a imprensa manipula informações. O funcionamento das redes sociais digitais também torna favorável a reprodução de episódios de assédio *online*, de maneira que é necessário elaborar mecanismos de prevenção e enfrentamento para romper com o ciclo de violência digital e garantir a segurança *online* de mulheres jornalistas.

Palavras-chave: violência contra mulheres jornalistas; violência digital; assédio de gênero; desinformação.

KEBIAN, Giovana Braga. *'She wanted to give the scoop': digital violence against women journalists as a disinformation strategy* Advisor: Tatiane Cruz Leal Costa. Co-advisor: Daniela Osvald Ramos. Undergraduate thesis (Bachelor in Journalism). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2022.

ABSTRACT

Online attacks against women journalists have become more frequent and point dangers to the exercise of the profession and the maintenance of democratic regime. The emergence of such a hostile environment for press professionals occurs simultaneously with the increase of disinformation on digital social networks, a phenomenon that directly affects journalism. The present work aimed to carry out a case study on the episode of digital violence that occurred with journalist Patrícia Campos Mello, from Folha de S. Paulo, in 2020, identifying the relationship between attacks against women journalists on Twitter and disinformation narratives. A sample of 273 tweets in response to the journalist's official account, originally collected from more than 18,000 messages extracted through the eTC Twitter Crawler platform, were analysed. From this database, frequency and thematic categories were elaborated, which helped in the discussion of this work. The results show that the attacks directed at the journalist reproduce false narratives at the same time that they are based on gender attributes to disqualify the professional. The messages use violent, explicit and misogynistic terms, in addition they also suggest the press manipulates information. The functioning of the networks also favors the reproduction of episodes of virtual harassment, so it is necessary to develop prevention and coping mechanisms to break the cycle of digital violence and guarantee women journalist's online safety.

Keywords: violence against women journalists; digital violence; gender harassment; disinformation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Checagem de notícia falsa realizada pela Agência Lupa	19
Figura 2 – Tweet de Jair Bolsonaro dizendo que a Folha de S. Paulo promove fake news e desinformação.....	20
Figura 3 – Aumento de buscas pelos termos ao longo do tempo	37
Figura 4 – Tweet publicado pela Patrícia Campos Mello	40
Figura 5 – Captura de tela com a sistematização da análise de conteúdo	43
Figura 6 – Gráfico com os tweets em resposta à Patrícia Campos Mello	47
Figura 7 – Exemplo de tweet considerado ataque	47
Figura 8 – Exemplo de tweet considerado mensagem de apoio.....	48
Figura 9 – Exemplo de tweet inconclusivo	48
Figura 10 – Gráfico com os tweets que reproduziram a versão do depoimento de Hans River na CPMI das Fake News	49
Figura 11 – Exemplo de tweet que reproduziu a versão do depoimento de Hans.....	50
Figura 12 – Exemplo de tweet que não reproduziu a versão do depoimento de Hans	50
Figura 13 – Exemplo de tweet inconclusivo	50
Figura 14 – Exemplo de tweet que menciona o PT	51
Figura 15 – Exemplo de tweet que menciona Hans	51
Figura 16 – Exemplo de tweet que menciona Patrícia	52
Figura 17 – Exemplo de tweet que menciona Jair Bolsonaro	52
Figura 18 – Exemplo de tweet que menciona a Folha de S. Paulo.....	52
Figura 19 – Nuvem de palavras com os atores sociais mencionados nos tweets	53
Figura 20 – Gráfico sobre o alvo dos ataques nos tweets.....	54
Figura 21 – Exemplo de ataque direcionado à Patrícia	54
Figura 22 – Exemplo de ataque direcionado ao jornal Folha de S. Paulo ou à imprensa	55
Figura 23 – Exemplo de ataque direcionado a ambos	55
Figura 24 – Exemplo de ataque sem alvo específico.....	55
Figura 25 – Gráfico com os tipos de ataque contra a imprensa.....	56
Figura 26 – Exemplo de ataque que sugere a manipulação das informações.....	57
Figura 27 – Exemplo de ataque que questiona a credibilidade da imprensa.....	58
Figura 28 – Exemplo de ataque contra o jornal <i>Folha de São Paulo</i>	58
Figura 29 – Exemplo de ataque que faz alusão à esquerda	58

Figura 30 – Nuvem de palavras com os termos utilizados para atacar a imprensa ou o jornal Folha de S. Paulo	59
Figura 31 – Gráfico com os tipos de ataques contra a jornalista Patrícia Campos Mello	60
Figura 32 – Exemplo de tweet considerado ataque sexual	61
Figura 33 – Exemplo de tweet que utilizou um termo paternalista	61
Figura 34 – Exemplo de tweet de descredibilização profissional	61
Figura 35 – Nuvem de palavras com os termos utilizados para atacar a jornalista Patrícia Campos Mello.....	62
Figura 36 – Gráfico dos tweets com conteúdo de mídia	63
Figura 37 – Exemplo de tweet incluso na categoria Apologia ao sexo	63
Figura 38 – Exemplo de tweet incluso na categoria Figuras Negras.....	64
Figura 39 – Exemplo de tweet incluso na categoria Figuras Negras.....	64
Figura 40 – Exemplo de tweet incluso na categoria Lua de Mel em Kobane	65
Figura 41 – Exemplo de tweet incluso na categoria memes sobre a esquerda	65
Figura 42 – Exemplo de tweet que menciona o The Intercept	68
Figura 43 – Exemplo de tweet que compara Lélis com Campos Mello.....	68
Figura 44 – Exemplo de tweet que menciona o PT	70
Figura 45 – Exemplo de tweet que ridiculariza a situação	72
Figura 46 – Exemplo de tweet que menciona Patrícia e Hans na mesma mensagem	73
Figura 47 – Exemplo de tweet que menciona Patrícia e Hans na mesma mensagem	74
Figura 48 – Exemplo de tweet que utiliza termo paternalista	75
Figura 49 – Gráfico com os ataques de gênero e outros ataques à jornalista	76
Figura 50 – Exemplo 1 de tweet com racismo recreativo	77
Figura 51 – Exemplo 2 de tweet com racismo recreativo	77

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. DESINFORMAÇÃO, GÊNERO E REDES SOCIAIS: AS MULHERES JORNALISTAS SOB ATAQUE	16
2.1. DESINFORMAÇÃO E ÓDIO À IMPRENSA	16
2.2. A DIMENSÃO POLÍTICA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA JORNALISTAS	22
2.3 A VIOLÊNCIA DIGITAL CONTRA JORNALISTAS MULHERES	27
3. ‘ELA QUERIA DAR O FURO’: O CASO PATRÍCIA CAMPOS MELLO	33
3.1 A CPMI DAS <i>FAKE NEWS</i> E O CASO PATRÍCIA CAMPOS MELLO	33
3.2. ESTUDO DE CASO	38
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	46
4.1. ASPECTOS GERAIS	46
4.2. ATAQUES À IMPRENSA E À JORNALISTA	53
4.3. PRESENÇA DE OUTROS RECURSOS	62
4.4. VIOLÊNCIA DE GÊNERO E NARRATIVAS DE DESINFORMAÇÃO	67
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
6.1. LIVROS, ARTIGOS E RELATÓRIOS	84
6.2. REPORTAGENS E <i>SITES</i> DA INTERNET	88

1. INTRODUÇÃO

O jornalismo consiste em uma das práticas fundamentais para o bom funcionamento da sociedade e também para a manutenção de um regime democrático, uma vez que tem como uma de suas funções a vigilância do poder público. Por meio do jornalismo, os cidadãos exercem um dos direitos fundamentais garantidos pelo Estado Democrático de Direito: o de acesso à informação (ENGEL BRONOSKY, RIOS, 2019). Desta forma, atos que inviabilizam o exercício da profissão jornalística ou hostilizam os profissionais da imprensa se configuram como nocivos não apenas ao jornalismo, mas a toda sociedade.

Nos últimos anos, organizações em defesa do direito à liberdade de expressão e do direito ao acesso à informação vêm registrando um agravo nas notificações de violência contra jornalistas e ataques generalizados à imprensa no Brasil (FENAJ, 2022, 2021, 2020). Segundo a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ, 2022), o presidente Jair Bolsonaro vem cumprindo um papel fundamental neste processo, tendo sido o principal autor de agressões contra jornalistas nos últimos três anos. O tamanho repúdio à imprensa do governante provocou uma decisão inédita do Tribunal de Justiça de São Paulo, determinando que o presidente da República pague uma indenização por danos morais à categoria (CHARLEAUX, 2022).

Diante deste cenário alarmante, as mulheres jornalistas estão mais suscetíveis a sofrer com agressões que não decorrem apenas dos ataques à imprensa, mas também da violência de gênero estrutural à sociedade. De acordo com Heleieth Saffioti, a violência de gênero, admitida a partir do conceito bourdiano de violência simbólica, se consolida através das relações de dominação-exploração do poder masculino que estruturam as próprias relações sociais uma vez que “nenhuma relação social se passa fora da estrutura. Todas elas obedecem às normas que estruturam a sociedade por inteiro” (SAFFIOTI, 2001, p. 136). De maneira análoga, Gonzalez (1981) e Crenshaw (1984) contribuem para a adoção de uma perspectiva interseccional, admitindo que a condição das mulheres partem de múltiplas opressões entrecruzadas que incidem em seu processo de socialização.

Dentre as manifestações de violência cometidas contra as mulheres jornalistas, destaca-se a violência digital, possibilitada pela popularização da internet e, principalmente, por meio do uso das redes sociais digitais. Mulheres jornalistas não apenas são mais atingidas no ambiente *online* (ESPERDIÃO et al, 2020), mas os efeitos e consequências que as atingem são mais devastadores e prejudiciais do que aos homens (REGO, 2018). As táticas para atacar profissionais da imprensa no ambiente digital consistem no envio massivo de mensagens

ofensivas, ameaças, invasão de privacidade, privação de acesso, ataques *hackers* que inativam contas pessoais e profissionais, produção de *GIFs*, imagens e vídeos difamatórios, exposição de dados pessoais e a chamada *trollagem* por gênero ou *gender trolling* (IWMF, TROLL BUSTERS, 2018; REGO 2018; MANTILLA, 2015).

Observa-se que as agressões direcionadas às mulheres jornalistas frequentemente fazem referência a questões de gênero, aparência ou corpo, sexualizando as jornalistas e buscando tornar o trabalho das profissionais e até mesmo sua condição de existência enquanto mulher ilegítimas.

Tem-se como exemplo o que aconteceu com a repórter do jornal *Folha de S. Paulo*, Patrícia Campos Mello, após a disseminação de informação falsa a seu respeito durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das *Fake News*, em fevereiro de 2020. Na ocasião, Hans River, uma testemunha que havia sido fonte de Patrícia, mentiu em seu depoimento alegando que a repórter havia oferecido sexo a ele em troca de informação (CAMPOS MELLO, 2020). Após o incidente, Patrícia se tornou alvo de linchamentos virtuais que a desqualificavam enquanto mulher e enquanto profissional, além de uma quantidade significativa de memes depreciativos ridicularizarem a situação. Os ataques se intensificaram ainda mais a partir de uma declaração pública feita pelo presidente Jair Bolsonaro, alegando que Patrícia “queria dar o furo” (URIBE, 2020). Apesar da violência digital ser um fenômeno relativamente recente,

a preferência por atacar mulheres está visceralmente associada a preconceitos ancestrais. Parte dos apoiadores de líderes populistas gosta de poder se libertar do politicamente correto e se deleita com essa “licença” para dar vazão a um machismo incrustado, que muitas vezes acomete também as mulheres - é uma espécie de catarse. (CAMPOS MELLO, 2020, p. 101)

Ademais, o aumento do clima hostil contra mulheres jornalistas nas plataformas digitais surge simultaneamente à pandemia de desinformação, diretamente ligada a um cenário de perda de confiança em instituições democráticas, como a imprensa (BENNETT, LIVINGSTON, 2018). A promoção e disseminação de informações falsas têm como base uma rede capilarizada de sites, portais, páginas, canais e influenciadores digitais, com frequência financiados, para publicar tais conteúdos não verídicos. Nas redes sociais e, mais especificamente no Twitter, a mídia programática se manifesta a partir da criação de perfis automatizados que disparam mensagens falsas, inflando o debate público (BENNETT, LIVINGSTON, 2018; FERRARA et al, 2016; SANTINI et al, 2018).

Assim, este trabalho surge com o objetivo de investigar as manifestações de violência contra mulheres jornalistas no ambiente digital e compreender de que maneira essas agressões

corroboram para promover práticas de desinformação a fim de sobrepor narrativas discursivas. A pesquisa parte da hipótese de que os ditos ataques se valem de atributos de gênero para atingir mulheres jornalistas, promovendo a manutenção de uma estrutura hierárquica de poder e alimentando um processo em ascensão de descredibilização da imprensa.

Em relação aos objetivos específicos, a pesquisa buscou realizar um estudo de caso sobre o episódio ocorrido com a jornalista Patrícia Campos Mello no Twitter, identificar os principais tipos de ataques contra mulheres jornalistas e contra a imprensa e identificar as principais narrativas discursivas presentes nas agressões.

Para abordar estas questões, duas perspectivas conceituais foram mobilizadas. A primeira partiu do campo teórico da violência de gênero e dos estudos feministas, adotando uma abordagem interseccional (CRENSHAW, 1986; GONZALEZ; 1981; SAFFIOTI, 2001; SEGATO, 2016) para trabalhar especialmente a violência de gênero que atinge as mulheres jornalistas nos ataques digitais. Tendo em vista a violência de gênero estrutural na sociedade patriarcal contemporânea, todas as mulheres, independentemente da profissão, são vítimas deste tipo de violência – ainda que os atos e agressões contra mulheres variem de acordo com raça, idade, classe social, identidade de gênero, entre outras variáveis. Em paralelo, este trabalho também é acessado a partir da discussão sobre desinformação e violência digital (MARWICK, LEWIS, 2017; BENNETT, LIVINGSTON, 2018; SANTINI et al, 2020, 2021; TUCKER et al, 2018), localizando os dois fenômenos dentro de uma perspectiva política, de agravamento de movimentos de extrema-direita e consequente proliferação de ataques que têm como alvos especialmente minorias identitárias.

Dessa forma, este trabalho se insere nos chamados “Estudos Interdisciplinares da Comunicação”, que busca aproximar os estudos da comunicação a outras áreas do conhecimento, interseccionando temas como a liberdade de expressão, controle midiático, violência de gênero, desinformação e violência digital.

Para atingir os objetivos geral e específicos, o estudo de caso (YIN, 2010) foi adotado como método de investigação. Para isso, foi realizado um levantamento de um conjunto de mensagens em resposta à conta oficial da jornalista Patrícia Campos Mello em seu perfil oficial do Twitter (@camposmello), selecionando uma amostra característica para estudo de caso aprofundado. Para a coleta de dados, foi utilizada a ferramenta ePOCS Twitter Crawler (SAVA, 2016), desenvolvida pelo Laboratório de Mídias Sociais e Opinião Pública da PUC-Rio, que permite a extração de dados da rede social a partir de filtros específicos.

Uma vez selecionada a amostra, foi elaborada uma caracterização relativa ao conteúdo proferido nas mensagens em resposta à publicação da jornalista, considerando a análise de

conteúdo proposta por Laurence Bardin (2007). A partir desta etapa, foi possível criar categorias, possibilitando uma análise quanti e qualitativa dos *tweets* no que diz respeito à violência de gênero, o ódio à imprensa e as narrativas discursivas articuladas. Esta categorização, em última medida, serviu para exemplificar a discussão apresentada sobre violência contra mulheres jornalistas como estratégia de desinformação.

Há, pelo menos, quatro grandes razões que justificam e tornam esta pesquisa relevante:

- a) Diante do aumento exponencial nos episódios de violência contra jornalistas no Brasil nos últimos três anos (FENAJ, 2020, 2021, 2022), entende-se que há um risco para o exercício da profissão que garante um dos pilares do Estado Democrático de Direito;
- b) Considerando que o presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores desempenham um papel central na promoção e consequente disseminação destas agressões;
- c) Tendo em vista que o uso de redes sociais digitais passou a ser incorporado nas rotinas jornalísticas, de modo que, os profissionais da imprensa tornaram-se mais expostos a este tipo de violência;
- d) Uma vez que as agressões contra mulheres jornalistas nas redes sociais constituem-se como mais uma demonstração da violência de gênero (POSETTI et al, 2021).

Este trabalho foi organizado em cinco capítulos, sendo o primeiro deles a presente introdução, que objetivou contextualizar e justificar a escolha do objeto de pesquisa, resumir o método de investigação e identificar o referencial teórico adotado.

O capítulo subsequente, denominado “Desinformação, gênero e redes sociais: as mulheres jornalistas sob ataque”, se divide em três seções primárias. A primeira, “Desinformação e ódio à imprensa”, pretendeu conceituar a desinformação, a partir de uma perspectiva de ascensão de movimentos populistas de extrema-direita e de ataques à imprensa (WAISBORD, 2020; TUCKER et al, 2018; BENNET, LIVINGSTON, 2018). Em seguida, “A dimensão política da violência de gênero contra jornalistas” traz contribuições da perspectiva feminista sobre o gênero nas agressões às mulheres jornalistas, abordando as tipologias da violência e as principais causas que mobilizam esse cenário alarmante. Já na última seção primária deste capítulo, “A violência digital contra mulheres jornalistas” são exploradas as especificidades do ambiente digital que permitem o aumento da violência contra o grupo em questão, a escolha por atacar mulheres e as manifestações da violência nesse espaço.

O segundo capítulo “A Máquina do Ódio: o caso Patrícia Campos Mello” contém duas seções primárias. “A CPMI das *Fake News* e o caso Patrícia Campos Mello”, contextualiza a

atuação da repórter e os ataques virtuais que sofreu. Em seguida, em “Estudo de caso” os passos metodológicos são detalhados, indicando a base de dados extraída e os critérios considerados para a análise.

Dividido em quatro seções primárias, o quarto capítulo é dedicado aos resultados do estudo de caso realizado. Em primeiro lugar, são apresentados os aspectos gerais das mensagens analisadas, como, por exemplo, a quantidade de ataques observados, a presença da reprodução de um discurso que difama a jornalista e os atores sociais mencionados. Na segunda seção primária, intitulada “Ataques”, são expostos os resultados referentes aos alvos das agressões, aos tipos de ataques identificados e suas intersecções. Na seção “Presença de outros recursos”, são apresentados os resultados que levaram em consideração o uso de *hashtags* e conteúdo de mídia nos *tweets*. Já a seção “Violência de gênero e narrativas de desinformação”, promove uma reflexão sobre o significado dos resultados apresentados nas seções anteriores, identificando, por fim, as principais narrativas discursivas e consolidando a relação entre a violência contra mulheres jornalistas no ambiente digital e as narrativas de desinformação.

Com isso, chega-se ao capítulo final, que inclui as considerações finais do trabalho. Ele cumpre o objetivo de recapitular os pontos abordados anteriormente, sintetizar os principais resultados obtidos e sinalizar futuros passos para desdobramento em pesquisas posteriores.

2. DESINFORMAÇÃO, GÊNERO E REDES SOCIAIS: AS MULHERES JORNALISTAS SOB ATAQUE

Neste capítulo, abordo como o jornalismo passou a ser alvo da desinformação e sofrer ataques de um discurso anti-imprensa, fenômeno que ganha força com a popularização das redes sociais digitais. Através da discussão sobre violência de gênero, elaboro um panorama geral sobre as agressões enfrentadas por mulheres jornalistas, incluindo a perspectiva política assumida em atos que buscam silenciar vozes denunciadoras de desigualdades, abusos de poder e violência. Por fim, abordo especificamente o contexto da violência digital contra mulheres jornalistas, trazendo o conceito de assédio de gênero e dimensionando a magnitude de um fenômeno que vêm atingindo cada vez mais as profissionais da imprensa.

2.1. DESINFORMAÇÃO E ÓDIO À IMPRENSA

O jornalismo vem enfrentando uma crise no atual contexto político, tanto no Brasil, quanto no mundo. Nos Estados Unidos, por exemplo, a receita publicitária dos jornais passou de 23,6 bilhões de dólares para 14,3 bilhões de dólares (CAMPOS MELLO, 2020, p. 169). Esse processo se dá paralelamente à ascensão de líderes populistas de extrema direita em diversas partes do globo, à ruptura da credibilidade em instituições democráticas, ao surgimento de fatos alternativos e à ascensão de um discurso anti-imprensa. Nesta seção, argumenta-se como as redes sociais digitais tornaram-se um terreno fértil para a criação e proliferação da desinformação, dos ataques *online* e do ódio à imprensa. Ressalta-se que estes conceitos se distinguem entre si, apesar de se relacionarem com um cenário cada vez mais hostil para atuação dos profissionais da imprensa no meio digital.

Embora não haja um consenso, diversos autores reuniram esforços para conceituar o fenômeno da desinformação. Wardle e Derakhshan (2017) alertam para a inadequação de adotar o termo como um sinônimo de *fake news* ou notícias falsas, associação realizada com frequência pelo senso comum. Além de limitar todo o universo da desinformação a apenas uma de suas manifestações, a expressão “notícias falsas” acabou se atrelando a um papel político, utilizado pelos movimentos de ultra-direita para reprimir a liberdade de imprensa.

Neste trabalho, destacamos o papel proposital do ato de desinformação, com o objetivo de manipular e enganar alguém e, dessa forma, “compõe o conceito de maneira indissociável o elemento subjetivo relativo ao ato deliberado de induzir ao erro” (BRITTO; PINHEIRO, 2005, p. 6). Podemos entender este fenômeno como “ações que procuram propositalmente falsificar uma informação com o objetivo de enganar as pessoas” (ZATTAR, 2017, p. 288).

Fallis (2015) argumenta que apesar da desinformação se tratar de uma informação enganosa, para garantir adesão e representação viável, sua base informacional se sustenta em informações providas de realidade. Neste sentido, Bennett e Livingston (2018) acrescentam que travestidas de informações oficiais, a desinformação opera para atingir objetivos políticos. “Conteúdos falsos intencionais se espalham como notícias ou simulam formatos de documentos para avançar objetivos políticos”¹ (BENNET, LIVINGSTON, 2018, p. 124, tradução nossa).

Apesar de a desinformação não ser um fenômeno novo, ela ganhou enorme projeção no cenário mais recente, especialmente com a popularização da internet. A chegada das redes sociais digitais foi inicialmente recebida com a promessa de tornar o acesso à informação mais plural e democrático e de descentralizar a produção discursiva, até então concentrada em grupos midiáticos tradicionais hegemônicos (CASTELLS, 2008). Em certa medida, isso se concretizou: a internet ampliou as possibilidades de conexões em todo o globo, barateou custos de produção de conteúdo e permitiu que indivíduos se expressassem com maior facilidade.

Com isso, as redes sociais digitais se propuseram a romper com o antigo modelo de comunicação de massa, pensado a partir da produção de um emissor para vários receptores, e passou a operar pela lógica da produção de muitos emissores para muitos receptores (CASTELLS, 2008). Após um período relativamente breve de euforia sobre a possibilidade de que as mídias digitais pudessem inaugurar uma era de ouro da democratização global, percebeu-se que essa tal liberdade era limitada por uma diversidade de fatores.

Anteriormente, a imprensa cumpria o papel de mediadora do discurso público, através do controle dos *gatekeepers* baseados em critérios de noticiabilidade e da linha editorial de um determinado veículo (WAISBORD, 2020). Com a democratização do uso das redes sociais digitais, o jornalismo perde o controle destes *gatekeepers* e a projeção que uma informação ganha passou a ser condicionada aos algoritmos que mediam o processo de comunicação nas redes. Relações hierárquicas de poder também perpassam os conteúdos produzidos, de maneira que a visibilidade está condicionada às assimetrias hierárquicas de gênero, classe, raça e sexualidade ocupada pelos enunciadores.

Mas apenas o funcionamento das redes sociais digitais não é suficiente para explicar o alto nível de adesão às narrativas de desinformação que circulam por elas. Bennett e Livingston (2020) argumentam que o atual cenário caracterizado como a “era da desinformação” encontra explicação na crise epistemológica que estamos enfrentando. Segundo os autores, em diferentes

¹ No original: Intentional falsehoods spread as news stories or simulated documentary formats to advance political goals.

lugares do globo, as pessoas precisaram voltar a discutir assuntos de conhecimento básico, antes tidos como senso comum. Tem-se como exemplo o movimento terraplanista, que colocou em dúvida uma concepção aceita há anos pela academia e toda sociedade (GARCIA, 2019). Para Bennett e Livingston, a crise epistemológica surge a partir do enfraquecimento de instituições democráticas, como a ciência, a política e a imprensa.

Quando estas instituições operam com alto nível de confiança do público, elas produzem informações que são geralmente acreditadas e mantidas dentro de parâmetros dos valores sociais reconhecidos, das normas políticas e dos entendimentos convencionais do que é e não é aceitável (BENNET, LIVINGSTON, 2020, p. 9, tradução nossa)².

Com o esvaziamento político e a perda da credibilidade das instituições democráticas, surge uma demanda crescente por informações alternativas e por uma narrativa que possa explicar porque as coisas ficaram tão fora de ordem. Em paralelo, movimentos ultranacionalistas e de extrema-direita ganham força e passam a ocupar essa lacuna de poder, especialmente pelas redes sociais (BENNETT, LIVINGSTON, 2018; WAISBORD, 2020). Estes movimentos passam a produzir os chamados “fatos alternativos”, conteúdos falsos intencionalmente produzidos para alcançar finalidades políticas.

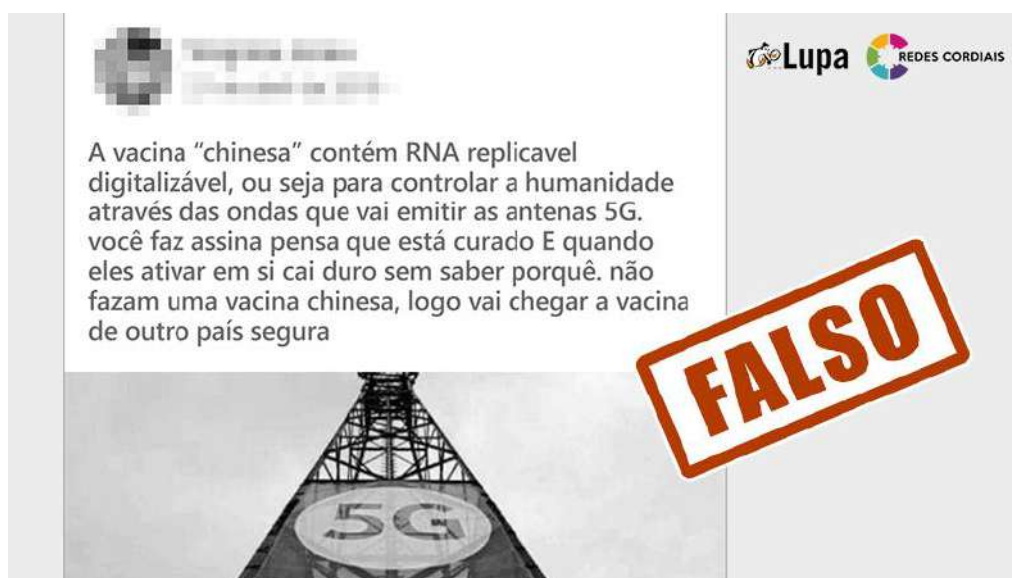
Assim, além de não cumprirem com sua promessa de democratização da informação, as redes sociais digitais passaram a ser vistas por muitos segmentos da sociedade como um risco à manutenção de regimes democráticos (TUCKER et al, 2018). Líderes populistas de extrema-direita pelo mundo passaram a usá-las para promover as narrativas que melhor os convém e interferir em processos políticos.

Na versão moderna do autoritarismo - em que governantes não rasgam a Constituição, nem dão golpes de Estado clássicos, mas corroem as instituições democráticas por dentro – não é necessário censurar a internet. Nas ‘democracias iliberais’, segundo o vernáculo do primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán, basta inundar as redes sociais e os grupos de WhatsApp com as versões dos fatos que se quer emplacar, para que ela se torne verdade – e abafe outras narrativas, inclusive e sobretudo as reais (CAMPOS MELLO, 2020, p. 24)

No Brasil, a campanha de vacinação contra a Covid-19 enfrentou um número expressivo de rejeição, a partir de declarações públicas do presidente Jair Bolsonaro, afirmando que as vacinas não eram seguras (MAZUI, PINHEIRO, GARCIA, 2021). Em paralelo, uma diversidade de falsidades a respeito dos imunizantes passou a circular pelas redes sociais, como a notícia de que as vacinas contra a Covid-19 continham um *microchip* que permitiriam o controle externo a partir de antenas 5G (AFONSO, 2020).

² No original: When these institutions operate with high levels of public confidence, they produce information that is generally trusted and kept within the bounds of recognized social values, political norms, and conventional understandings about what is and what is not acceptable.

Figura 1 – Checagem de notícia falsa realizada pela Agência Lupa



Fonte: Agência Lupa³

Ferramentas de marketing das próprias redes sociais permitem impulsionar conteúdos de desinformação, fazendo-os se sobressaírem em comparação a outras informações. No Facebook e no Instagram, por exemplo, há a possibilidade de pagar conteúdo para que alcance mais pessoas, de acordo com segmentação etária, de gênero e outros padrões. Além disso, muitas vezes utiliza-se contas automatizadas, os chamados *bots* ou robôs, e pagam-se pessoas para inundar as redes com um determinado conteúdo e assim criar a impressão de que “estão todos falando sobre o mesmo assunto”.

Um *bot* social (*social bot*) é um algoritmo que produz conteúdo automaticamente e interage com seres humanos nas mídias digitais, tentando provocar reações e, muitas vezes, alterações de comportamento (FERRARA et al, 2016). Santini et al (2018) chamam atenção para o fato de *bots* conseguirem se conectar em ciclos de conexões reais, produzir conteúdo verossímil e adotar padrões de tempo semelhantes aos humanos para impedir sua detecção. Adotando uma linguagem semelhante à de portais de notícias, tornou-se extremamente difícil para a população diferenciar o conteúdo jornalístico do conteúdo promocional e/ou manipulado.

³ AFONSO, N. É falso que vacinas contra a Covid-19 contêm microchip que permite controle externo a partir de antenas 5G. Agência Lupa: 04 ago 2020. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/08/04/verificamos-vacina-5g-microchip/> Acesso em: 10 jun 2022.

Para respaldar suas “versões alternativas”, diversos líderes populistas de extrema-direita precisaram convencer a população de que a instituição responsável por garantir o acesso à informação não era mais capaz de continuar cumprindo seu papel. Donald Trump, ex-presidente dos Estados Unidos, por exemplo, fez da guerra à imprensa parte essencial da sua estratégia de governo (CAMPOS MELLO, 2020). Pioneiro no uso da expressão *fake news*, Trump popularizou a ideia de que o jornalismo tradicional era o grande produtor de informações falsas. Em um *tweet* publicado em sua conta oficial, ele disse “A mídia *fake news* é verdadeiramente o INIMIGO DO POVO” (CAMPOS MELLO, 2020, p. 177).

A mesma conotação dada ao termo *fake news* foi adotada posteriormente por Bolsonaro e outros presidentes mundo afora. A uma semana do segundo turno das eleições de 2018, em um discurso na Avenida Paulista, o então candidato à Presidência da República declarou “sem mentiras, sem *fake news*, sem Folha de S. Paulo” (SÖGUR HOUS, 2018). Ao longo do seu mandato, esta narrativa foi sendo reafirmada, assim como profissionais da imprensa passaram a ser diretamente atacados pelo presidente. Apenas em 2021, Bolsonaro foi responsável por uma a cada três violações contra a imprensa (FENAJ, 2022).

Figura 2 – Tweet de Jair Bolsonaro dizendo que a Folha de S. Paulo promove fake news e desinformação



Foto: Twitter/Reprodução⁴

Há indícios do financiamento de verdadeiros exércitos que atuam com veemência nas redes sociais para promover conteúdos de desinformação e, por outro lado, atacar aqueles que

⁴ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1197141391157202945> Acesso em 10 jun 2022.

se opõem a estas narrativas (RSF, 2018). No Brasil, um relatório da Polícia Federal enviado ao Supremo Tribunal Federal apontou a atuação coordenada de ‘milícias digitais⁵’, comandadas pelo chamado gabinete do ódio⁶, para promover ataques aos adversários políticos do presidente Jair Bolsonaro (ESTADO DE SÃO PAULO, 2022).

No ambiente digital, linchamentos massivos a jornalistas se tornaram comuns, dando origem a um fenômeno chamado *trollagem* anti-imprensa. O termo *troll* é utilizado para descrever aqueles que fazem uso de um discurso deliberadamente ofensivo para atacar as pessoas e provocar uma resposta emocional (MARWICK, LEWIS, 2017). Especialmente quando publicam reportagens denunciando medidas governamentais, jornalistas recebem uma avalanche de mensagens ofensivas em seus perfis pessoais.

Boa parte destes ataques operam de maneira sistematizada e orquestrada, assim como as campanhas de desinformação. Em um estudo do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio e da organização Repórteres Sem Fronteiras (2021), que analisou meio milhão de *tweets* contendo *hashtags* com ataques à imprensa no Brasil, entre março e junho de 2021, foi constatado que cerca de 20% do total de mensagens foram publicadas por contas com alta probabilidade de comportamento automatizado. Assim, como apontam Ana Regina Rêgo e Marialva Barbosa (2020), o lugar inicialmente pensado para as redes sociais digitais como a cultura da cooperação e da convergência tornou-se um terreno fértil para a aplicação prática de estratégias que contribuem para a proliferação de desinformação, criação da *trollagem* e de ataques virtuais.

Entende-se, portanto, que um dos setores mais afetados pela dinâmica da “era da desinformação” foi o jornalismo tradicional. Além de precisar combater os conteúdos falsos que passaram a ganhar cada vez mais adesão da população, em um cenário disruptivo de descredibilização das instituições democráticas, jornalistas passaram a ter que lutar pela garantia de sua própria integridade. A ascensão de líderes populistas de extrema-direita está diretamente ligada a este processo, uma vez que estes governantes se valem das redes sociais para orquestrar campanhas de desinformação e de ataques à imprensa. Neste processo que resulta na *trollagem* anti-imprensa, mulheres jornalistas e outras minorias sociais estão especialmente vulneráveis, como veremos adiante.

⁵ O termo ‘milícias digitais’ compara a atuação paralela de *trolls* e *bots* governistas com os grupos paramilitares que atuam e controlam determinadas regiões, especialmente no Rio de Janeiro.

⁶ Gabinete do ódio diz respeito ao núcleo de assessores e apoiadores do presidente Jair Bolsonaro.

2.2. A DIMENSÃO POLÍTICA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA JORNALISTAS

Antes de se aprofundar na violência digital contra mulheres jornalistas, objeto deste trabalho, torna-se necessário trazer discussão sobre relações hierárquicas de gênero, classe e raça que pautam a sociedade contemporânea. Esta seção traz a perspectiva conceitual-teórica dos estudos feministas, define os tipos de violência mulheres jornalistas, caracteriza seus atores e busca explicar as causas que motivam os atos de violência.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos define a violência contra mulheres jornalistas como um fenômeno multidimensional que inclui uma diversidade de fatores que se traduzem em violações dos direitos fundamentais das mulheres ao longo de suas vidas (CIDH, 2016). A literatura acadêmica (POSETTI et al, 2021; CIMAC, 2012; FRUTOS; 2016; VEGA MONTIEL, 2019, KOIRALA, 2020) atribui a origem deste fenômeno à violência de gênero, ou seja, a “qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano, sofrimento físico ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (BRASIL, 1996).

Para Heleieth Saffioti (2001), o patriarcado é um sistema no qual homens e mulheres convivem em uma relação de dominação-exploração, na qual os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, podendo recorrer a mecanismos de violência para fazê-lo. Neste sistema de dominação-exploração, também as mulheres podem contribuir, inconscientemente, para a produção da violência de gênero. “Como o poder masculino atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum” (SAFFIOTI, 2003, p. 119).

Segato (2003) argumenta que as estruturas elementares da sociedade patriarcal se reproduzem em um repetitivo ciclo de violência, programado para restaurar constantemente a economia simbólica que determina os status de poder e subordinação representados pelo homem e pela mulher. Neste sistema operado para manter suas estruturas hierárquicas, ocorre a naturalização das relações de dominação-exploração até que o ciclo de violência seja rompido.

Diante do desafio em exercer uma das profissões mais perigosas do mundo (FRUTOS, 2016), o contexto de ideologias machistas e misóginas no qual as mulheres jornalistas estão imersas influencia diretamente em suas rotinas jornalísticas. Elas precisam lidar com um ambiente extremamente competitivo e desvantajoso economicamente em comparação a seus colegas homens, são alvo de comentários sexistas sobre suas roupas e aparência, além de serem assediadas por fontes, colegas de trabalho e até mesmo por seus superiores.

Às contribuições epistemológicas de Saffioti e Segato, soma-se a necessidade de se pensar como a violência de gênero se combina e se entrecruza com outras formas de opressão. O termo interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989), dá conta de compreender as dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação, ou seja, como o racismo, o sexismo e a opressão de classe afetam de maneira interligada a vida das mulheres. Sobre as mulheres negras, Djamila Ribeiro (2016) traduz de maneira exemplar o argumento da antítese da alteridade cunhada por Grada Kilomba (2012):

Por não serem nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supremacista branca. Nós representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade (RIBEIRO, 2016, p. 102).

Desta maneira, ao falarmos de mulheres jornalistas neste trabalho, estamos pensando não em uma categoria universal, mas considerando que demais relações de opressão também interferem no processo de socialização destas jornalistas e conseqüentemente, nas agressões das quais são vítimas.

Para Frutos (2016), os riscos que as jornalistas sofrem se devem a uma dupla insegurança, devido ao risco da própria profissão e ao próprio risco de ser mulher, derivada de uma situação de desvantagem causada por razões de diversa natureza: relação com companheiros de trabalho, instituições, legislação vigente e política institucional. Ademais, outros fatores como a discriminação baseada na raça, na origem étnica, na religião ou crenças, na classe, na sexualidade e na identidade de gênero somam como obstáculos às mulheres jornalistas (CIDH, 2016).

Para Vega Montiel (2019), os tipos de violência contra mulheres jornalistas seguem as definições dos marcos internacionais que estabeleceram classificações da violência de gênero. A Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher (BRASIL, 2002) incluiu a violência física, a violência psicológica, a violência sexual, a violência econômica, a violência patrimonial e o feminicídio como os tipos de violência contra a mulher. Com a irrupção da internet e das redes sociais, a violência digital foi acrescida à lista por muitos autores e autoras (WAISBORD, 2020; RAMOS, 2020; VEGA MONTIEL, 2019; POSETTI *et al.*, 2021). E, tratando-se de violência contra a categoria jornalística, a censura também precisa ser incluída nesta lista.

De acordo com a pesquisa Mulheres no Jornalismo Brasileiro (ABRAJI, GN, 2017), a violência psicológica e a sexual são as agressões predominantes contra mulheres jornalistas no Brasil. Segundo este relatório, 83,6% das respondentes relataram já ter sofrido ao menos uma situação de violência psicológica, como abuso de poder ou autoridade, intimidação verbal,

escrita ou física e insultos verbais. No que diz respeito à violência sexual, 70,4% admitiram já terem ouvido cantadas que as deixaram desconfortáveis no exercício da profissão. Além disso, 10,7% das respondentes admitiram já terem recebido no ambiente de trabalho propostas ou demandas por favores sexuais em troca de algum benefício profissional ou material.

Globalmente, o padrão da violência psicológica e sexual se repete: em um relatório internacional que ouviu quase mil jornalistas e comunicadoras do mundo todo (IWMMF, 2014), cerca de $\frac{2}{3}$ das respondentes afirmaram ter sofrido atos de intimidação, ameaças e/ou assédios em relação ao trabalho. Além disso, 47,9% das mulheres jornalistas disseram ter sofrido assédio sexual no trabalho.

Não é por acaso que, se tratando de violência contra mulheres jornalistas, estes sejam os tipos mais frequentes relatados pelas vítimas. Desconsiderando a categoria profissional, mulheres também são as principais vítimas de violência sexual. A Organização Mundial da Saúde estima que uma a cada três mulheres é vítima de violência física e/ou sexual ao longo de sua vida (WHO, 2021). Já no que diz respeito à violência psicológica – incluindo intimidações, ameaças, ofensas e comentários sexistas –, trata-se de uma das formas muitas vezes sutis, porém eficazes pelas quais os homens exercem domínio sobre as mulheres. Quando o presidente Jair Bolsonaro mandou a repórter Laurene Santos da TV Vanguarda, afiliada da TV Globo, “calar a boca” (SABÓIA, 2022) ao interrompê-la durante uma entrevista, há muito desse poder exercido, ainda que inconsciente, pelo domínio masculino.

Outro tipo de agressão que chama atenção, por sua gravidade, são os feminicídios contra jornalistas. Um levantamento feito de 1970 a 2016, pelo Observatório de Liberdade de Expressão na América Latina da Universidade de Málaga, na Espanha, registrou 1068 mortes e desaparecimentos de profissionais da informação, dos quais 72 eram mulheres (FRUTOS, 2016). Argentina, México e Colômbia foram os países que lideraram o ranking de feminicídios contra jornalistas, respectivamente.

Uma das explicações para a pouca expressividade dos assassinatos de mulheres jornalistas, quando comparados com os de jornalistas homens, está na divisão sexual do trabalho. Ao destinar aos homens a cobertura de fatos mais violentos - por serem eles a quem socialmente são atribuídas as condições para poder enfrentar o perigo, como a valentia -, consequentemente são eles que mais morrem (CIMAC, 2012), o que não exclui o duplo risco enfrentado por mulheres jornalistas na profissão.

Quando tratamos de feminicídio, estamos tratando da ponta do *iceberg* de um cenário anterior de violência e ataques à imprensa. A literatura aponta que os países que mais matam mulheres jornalistas, em geral, estão imersos em um contexto de instabilidades políticas e

inseguranças (CIMAC, 2012; DE FRUTOS, 2016; WAISBORD, 2020). Segundo Frutos (2016), ditaduras civis e militares, guerras civis e disputas entre grupos paramilitares são alguns dos aspectos que aumentam os riscos de insegurança para as profissionais.

No Brasil, assim como em outras nações latino-americanas, a censura fez com que centenas de profissionais fossem presos, torturados e desaparecidos durante as ditaduras militares. Na Argentina, país que lidera o ranking de homicídios de mulheres jornalistas, 20 dos 21 assassinatos deste tipo ocorridos entre 1970 e 2016 aconteceram na década de 1970, isto é, justamente no auge do regime militar no país (FRUTOS, 2016).

A Colômbia, terceiro país com mais homicídios de mulheres jornalistas contabilizados neste mesmo período, concentra as mortes de profissionais da imprensa durante a década de 1990. Para Frutos (2016), o agravamento da violência neste caso está fortemente associado à ofensiva militar e à disputa de grupos paramilitares e de guerrilha.

A partir do ano 2000, o México passou por uma grande mudança na sua estrutura governamental, quando o Partido Revolucionário Institucional (PRI), que havia governado o país por quase 70 anos, foi substituído pelo Partido da Ação Nacional (PAN), representado pelo ex-presidente Vicente Fox Quezada. Ao final do sextênio de Quezada (2002-2006), o México caiu da 70ª posição para a 132ª no ranking de liberdade de imprensa elaborado pela organização Repórteres Sem Fronteira (CIMAC, 2012). Entre 2002 a 2011, a organização mexicana Comunicación e Información de la Mujer (Cimac) registrou 94 ocorrências de agressões contra mulheres jornalistas. Para a Cimac, a cobertura da imprensa sobre a troca de governo e a mudança do rumo político do país foi o ponto chave para o aumento das agressões das profissionais mulheres.

Mas, afinal, quem são as jornalistas que estão em risco? Entendendo a violência contra mulheres jornalistas oriunda da violência de gênero, todas elas estão sujeitas a sofrerem agressões. No entanto, fatores como raça, classe, etnia, idade, sexualidade, religião e credo, entre outras condições, interferem no processo de socialização destas mulheres e, consequentemente, em um maior ou menor risco à hostilização de seus agressores. Relatos de jornalistas sugerem que repórteres afro-americanas, latinas, LGBTQ, árabe-americanas, muçulmanas e judias estão mais propensas a se tornarem alvos (WAISBORD, 2020). Também vimos que há um fator geopolítico a ser considerado: jornalistas que atuam em países atravessando guerras civis, momentos de instabilidade política, disputas com grupos paramilitares, entre outras situações de insegurança, correm maior perigo.

Para Waisbord (2020), repórteres que produziram matérias críticas sobre política nacional, presidência, imigração, extremismo de direita, armas, raça, direitos humanos, abusos

sexuais e serviços de inteligência têm sido alvos comuns de retórica cruel e intimidação. Segundo o relatório da Cimac (2012) que analisa a situação no México entre 2010 e 2022, as jornalistas em situação de violência pertenciam em sua maioria à editoria policial e de segurança (37%), em segundo lugar, à editoria de política (31,5%), em seguida, eram jornalistas que cobriam tanto política quanto segurança (10,5%), e, por fim, meio ambiente (8%) e Direitos Humanos (8%).

Ou seja, a pauta que as jornalistas cobriam no momento do ato de violência é um aspecto de extrema relevância para a escolha do alvo dos agressores. Como os ataques não são motivados ao acaso, mas promovidos como maneira de silenciar vozes cujos interesses divergem dos envolvidos, pode-se considerar que, em certa medida, a violência contra mulheres jornalistas se configura também como um tipo de violência política.

Já no que diz respeito aos agressores, há consenso de que homens são os principais autores dos atos de violência contra mulheres jornalistas (ABRAJI, GN, 2017; CIMAC, 2012; IWMF; INSI, 2014; IWMF; TROLL BUSTERS, 2018). Isso sugere uma repetição dos padrões de violência contra a mulher na sociedade patriarcal no geral, na qual os agressores também são em sua maioria do sexo masculino (ENGEL, 2020).

Também se destaca o papel da violência como mecanismo estatal para impedir o acesso das jornalistas ao direito à informação (VEGA MONTIEL, 2019). No México, por exemplo, 60% dos agressores eram funcionários do governo (CIMAC, 2012). No Brasil, o presidente Jair Bolsonaro, desde que assumiu, tornou-se o principal autor de ataques a veículos de comunicação e a jornalistas. Em 2021, ele foi o responsável direto por 147 ocorrências, o que corresponde a 34,19% do total de registros deste ano (FENAJ, 2022). Durante seu mandato, Donald Trump também se destacou como um dos grandes inimigos da imprensa nos Estados Unidos (WAISBORD, 2020).

Ademais, ainda que em menor quantidade, superiores hierárquicos, colegas de trabalho e fontes entrevistadas são apontados como autores das agressões (ABRAJI, GN, 2017). Ou seja, nem mesmo no ambiente de trabalho, mulheres jornalistas estão completamente seguras e parte da própria categoria jornalística não tem consciência da gravidade do fenômeno da violência contra a mulher. No ambiente digital, a identificação dos autores da violência enfrenta uma série de obstáculos como o anonimato, a automatização das mensagens e o grande volume de comentários dispersos em uma complexa e capilarizada rede de desinformação.

Resumidamente, portanto, podemos entender a violência contra mulheres jornalistas como um fenômeno multidimensional, que se manifesta através de violência física, psicológica, sexual, econômica, patrimonial, digital e também pela censura. Por estar ligado a

uma disputa de narrativas, pode ser entendida como um tipo de violência política, cometida na maior parte das vezes por homens e pelo próprio Estado. Por se tratar de agressões contra profissionais mulheres, está diretamente relacionada à violência de gênero, entrecruzando-se com outras opressões, como classe, raça, etnia e sexualidade. Ter em mente essas duas faces da violência contra mulheres jornalistas torna-se primordial para compreensão de sua manifestação no ambiente digital.

2.3. A VIOLÊNCIA DIGITAL CONTRA MULHERES JORNALISTAS

Esta seção se aprofunda nas especificidades da violência contra mulheres jornalistas no ambiente digital. Busco mostrar como os atributos de gênero e sexuais são utilizados para atacar mulheres jornalistas nas redes sociais, os motivos responsáveis pelo agravamento deste fenômeno e os efeitos e consequências desta prática para as profissionais e para o jornalismo.

A violência digital contra mulheres jornalistas inclui uma série de táticas e estratégias utilizadas *online* para atingir as profissionais, promover a descredibilização da imprensa e impedir o exercício da profissão. Em um estudo global que entrevistou jornalistas e comunicadoras no mundo todo (IWMF, TROLL BUSTERS, 2018), 63% das respondentes indicaram ter sido ameaçadas ou assediadas *online*. Tendência global, o cenário no Brasil também não é muito diferente. Dos 119 episódios de violência contra mulheres jornalistas analisados pela Abraji (2022) no último ano, 68% aconteceram *online*.

Apesar de práticas como ataques *hackers*⁷, *doxing*⁸ e *email bombing*⁹ também constituírem manifestações da violência digital contra mulheres jornalistas, este trabalho se centra nas ofensas publicadas em massa contra mulheres jornalistas nas plataformas de mídia social. Estas agressões acontecem tanto através de mensagens privadas quanto através de comentários públicos, no entanto, aqui trabalharemos apenas com as mensagens públicas.

O *trolling* ou assédio *online* é entendido como uma prática intencional na qual um indivíduo ou um grupo utilizam a internet para molestar, assediar ou ridicularizar uma outra pessoa utilizando uma conta verdadeira ou falsa (KOIRALA, 2020; FERRIER, GARUD-PATKAR, 2018). Em muitos casos, estes comentários são denominados *gendertrolling* ou assédios de gênero (CHEN *et al.*, 2018), quando incluem comentários sexistas e misóginos que

⁷ Ataques *hackers* acontecem quando os agressores se apossam das contas oficiais das jornalistas em redes sociais ou de suas plataformas.

⁸ Vazamento de informações pessoais que pode resultar em ameaças, constrangimentos e coerção, representando um maior risco à integridade física da vítima.

⁹ Envio de um grande volume de mensagens para estourar a caixa de entrada e sobrecarregar o servidor onde o endereço está hospedado.

criticam, atacam, marginalizam, estereotipam ou ameaçam as vítimas com base em atributos de gênero ou sexualidade.

De acordo com o relatório *Violência de gênero contra jornalistas* (ABRAJI, 2022), tanto homens quanto mulheres podem ser vítimas do assédio de gênero, embora este tipo de violência atinja mulheres com maior frequência. “Se um jornalista homem é chamado de ‘afeminado’ ou ‘gay’, com o fim de insultá-lo, o caso é considerado um ataque homofóbico e se encaixa na definição” (ABRAJI, 2022, p. 11). Ainda que nem todos os ataques virtuais contra mulheres jornalistas sejam assédios de gênero, este tipo vem se expressando significativamente em episódios de ataques massivos. Segundo o monitoramento realizado pela Abraji (2022), os assédios de gênero estiveram presentes em 23,3% dos ataques contra mulheres jornalistas durante o ano de 2021.

A jornalista filipino-americana Maria Ressa, correspondente de guerra e vencedora do Prêmio UNESCO de Liberdade de Imprensa em 2021, recebeu ameaças de morte, estupro, foi vítima de *doxxing* e de ataques racistas e misóginos (POSETTI et al, 2021). A maior parte das agressões diretamente direcionadas a ela diziam respeito à sua aparência física, incluindo comentários racistas e montagens fotográficas de seu rosto associado a corpos masculinos.

Por exemplo, um comentário publicado no Facebook e direcionado à jornalista dizia “Ei Maria Ressa, seu machinho! você é uma *presstitute* idiota” (junção dos termos “press”, que significa imprensa, com “prostitute”, que significa prostituta)¹⁰ (POSETTI et al, 2021, p. 64, tradução nossa). O termo *tomboy* é designado a meninas que apresentam um “comportamento de meninos”, isto é, meninas que possuem uma série de características socialmente associadas ao universo masculino, como ter cabelo curto, gostar de futebol ou jogar video-game. Por ter cabelos curtos e outros aspectos físicos não associados à feminilidade, Ressa desvia do padrão de comportamento pré-estabelecido a ela e é desqualificada enquanto mulher.

Royen et al (2018) definem *slut-shaming* como o ato de atacar uma mulher por sua atividade sexual, seja ela real ou não, chamando-a de “vadia” ou nomes semelhantes. A prática tem origem na crença ainda amplamente difundida sobre um duplo padrão sexual, em que homens são recompensados e elogiados por exercerem sua sexualidade, enquanto mulheres são condenadas por comportamentos semelhantes.

O termo *presstitute* utilizado contra Maria Ressa e outras jornalistas mundo afora é um exemplo de *slut-shaming*. Uma vez que na sociedade patriarcal mulheres que exercem sua

¹⁰ No original: Hey Maria Ressa, you tomboy! you’re such an idiot *presstitute*!

sexualidade são consideradas promíscuas, chamar uma jornalista de prostituta significa dizer que elas não possuem credibilidade no que reportam.

Um outro comentário, na mesma rede social, dizia “Sua vadia macaca mais feia. Seu rosto parece queimado. Você ainda é virgem, sua besta. Ninguém vai querer te comer”¹¹ (POSETTI et al, 2021, p. 64, tradução nossa). Observa-se, novamente, a escolha por atacar a jornalista por sua aparência, chamando-a de “feia”, “macaca” e dizendo que seu rosto aparenta ter sido queimado. Além disso, o agressor busca desqualificar a jornalista por não ser atraente e, conseqüentemente, não haver nenhuma pessoa interessada em estabelecer relações sexuais com ela.

Nestes dois exemplos de comentários direcionados a Maria Ressa, a jornalista é atacada tanto por uma sexualidade supostamente exacerbada quanto pela ausência da vida sexual. Em última instância, os comentários expressam uma aversão às mulheres e, portanto, podem ser considerados uma expressão da misoginia (CARVALHO; MONTERANI, 2016).

Segundo Rego (2018), os assédios *online* contra mulheres jornalistas podem ser classificados em quatro principais categorias: *sexual abuses*, *name calling*, *condescending terms* e *belittling language*¹²:

- *Sexual Abuses*: ofensas com forte apelo misógino e conotação sexual. Entram nesta categoria, por exemplo, “puta”, “vagabunda” e “safada”, além de ameaças de estupro, frequentemente declaradas pelos agressores;
- *Name Calling*: ofensas que não tem tanto apelo sexual, mas atacam as jornalistas, especialmente pelo aspecto político. Entram nesta categoria: “*libtards*” (junção de “liberal” com “retards”, em inglês) e também o termo brasileiro “jornalista”;
- *Condescending Terms*: termos repletos de ironia, que diminuem as mulheres. Estão inclusos: “*baby*”, “*sweethearts*”, “fofa” e “querida”;
- *Belittling Language*: por exemplo, chamar uma pessoa de “Mulher do Fulano”, em vez de chamá-la por seu nome.

O uso de termos paternalistas e o desrespeito de chamar uma mulher pelo nome de seu cônjuge também refletem padrões da violência de gênero e, portanto, podem ser considerados assédios de gênero.

Embora ataques contra jornalistas e profissionais da imprensa não sejam um fenômeno novo, há uma série de razões que explicam por que o ambiente digital se tornou mais hostil às

¹¹ No original: ugliest monkey bitch. your face looks burnt. you're still a virgin, you beast. nobody will hit on you

¹² Ataques sexuais, xingamentos, termos paternalistas e linguagem menosprezante.

mulheres jornalistas nos últimos anos. Em primeiro lugar, a interação *online* passou a fazer parte das rotinas jornalísticas (CHEN, PAIN, 2017). Ter um perfil nas principais redes sociais para divulgar o trabalho produzido, apurar informações, conquistar e cultivar fontes e interagir com internautas tornou-se praticamente uma exigência da profissão.

Esse cenário foi intensificado pela pandemia da Covid-19, que alterou as condições de trabalho dos jornalistas e os tornou ainda mais dependentes da comunicação digital e das plataformas de mídia social (ABRAJI, 2022). A maior projeção das jornalistas nas redes facilitou o acesso dos cidadãos às profissionais no ambiente digital (WAISBORD, 2020) e essas mulheres, que já eram figuras públicas, ficaram ainda mais em evidência e vulneráveis aos ataques.

Além disso, o crescimento de nacionalismos e do uso de redes sociais para interferir em processos políticos tornaram os ataques digitais cada vez mais sofisticados e coordenados (IWMF, TROLL BUSTERS, 2018). Como vimos, na internet, esses ataques estão associados a uma ofensiva da desinformação, a redes de conspiração virais e forte polarização política. A onipresença de *trolls* imersos em culturas de ódio, somada ao anonimato e aos obstáculos de identificação e responsabilização dos autores, facilitaram a atuação das agressões.

Para Posetti et al (2021), a violência *online* contra mulheres jornalistas é projetada para: menosprezar, humilhar e envergonhar; induzir medo, silêncio e recuo; provocar descredibilização profissional, minando o jornalismo de responsabilidade e a confiança nos fatos. Da mesma forma, a Abraji (2022) aponta que o apelo ao gênero e à sexualidade não é ocasional: trata-se de uma estratégia para atacar a credibilidade do jornalismo profissional e de desviar a atenção do conteúdo da notícia. No entanto, esta não é a finalidade exclusiva dos ataques que se baseiam no gênero. Este tipo de violência também busca reproduzir uma estrutura de desigualdade de gênero e de violência contra a mulher, inseridas na sociedade patriarcal.

Cabe ressaltar que os assédios *online* direcionados às mulheres jornalistas se diferenciam de críticas e comentários que discordam da cobertura noticiosa. Estes ataques digitais são orquestrados através da publicação de um volume massivo de mensagens coordenadas, apresentam altos indícios de automação e têm como objetivo final atingir o jornalismo. Além disso, boa parte das mensagens publicadas nas plataformas de mídia social são atreladas a outros recursos midiáticos, como imagens, memes, *GIFs* e vídeos, que aumentam o tom apelativo das agressões. Em um dos episódios de violência digital contra a

jornalista indiana Rhana Ayuub, *trolls* fizeram uso de *deepfake*¹³, editando seu rosto em um vídeo pornográfico (AYYUB, 2018).

O assédio *online* apresenta inúmeros efeitos às mulheres jornalistas, incluindo consequências psicológicas, financeiras e até físicas (KOIRALA, 2020). Em diversas pesquisas (IWMF, TROLL BUSTERS, 2018; CHEN et al, 2018; KOIRALA, 2020; ABRAJI, GN, 2017), jornalistas relataram se sentirem mais ansiosas, inseguras, desconfortáveis e apreensivas após terem se tornado vítimas da violência digital. Nesse sentido, muitas profissionais passaram a elaborar estratégias específicas para prevenir o assédio *online*, incluindo evitar certas pautas, temer contatar determinadas fontes e algumas consideraram sair totalmente da profissão (IWMF, TROLL BUSTERS, 2018).

De acordo com um estudo do Conselho da Europa publicado em abril de 2017, 31% dos jornalistas atenuam a cobertura de certas histórias após serem assediados, 15% abandonam a história, 23% não cobrem certas histórias (RSF, 2018). Compreende-se a prática da autocensura das jornalistas buscando proteção contra os atos de violência digital como uma das manifestações da chamada pós-censura. Cunhado pelos pesquisadores do Observatório de Comunicação e Liberdade de Expressão (OBCOM) da Universidade de São Paulo, o termo pós-censura se refere ao ato censitário praticado na atualidade, em oposição à censura clássica, na qual o “controle e interdição da produção simbólica é realizado por órgãos estatais, sob ameaça de punição dos produtores, em nome da estabilidade e da ordem social” (COSTA, 2018, p. 15).

A era da pós-censura não fica restrita à atuação do Estado, o poder censitário é descentralizado e passa a ser definido pelas próprias empresas, meios de comunicação, escolas públicas e privadas, partidos políticos, entre outras instituições, em defesa de seus valores e interesses morais, políticos e econômicos (COSTA, 2018,). A autocensura como consequência dos atos de violência digital contra jornalistas também pode ser considerada uma expressão da pós-censura, uma vez que os atores censitários se fragmentam a partir da atuação dos agressores nas redes sociais digitais.

Dessa forma, as agressões a mulheres jornalistas no ambiente digital não devem ser vistas estritamente como um problema de segurança e risco pessoal para as profissionais. Esse cenário também sugere uma interrupção das rotinas jornalísticas porque há um impedimento da participação mútua com o público quando as profissionais são frequentemente atacadas ou

¹³ Utilização de inteligência artificial para manipular sons e imagens. O conteúdo criado por computador reproduz com grande fidelidade aspectos físicos, voz e gestos humanos.

assediadas sexualmente (CHEN et al, 2018). Entendendo o jornalismo como um dos pilares fundamentais para garantia e exercício do Estado democrático de Direito, “a própria democracia fica comprometida em um ambiente em que os sistemas de verificação dos fatos são constantemente colocados em xeque e suas profissionais, atacadas e assediadas” (ABRAJI, 2022).

Em síntese, a violência digital contra mulheres jornalistas consiste no conjunto de práticas utilizadas para atacar as profissionais e a imprensa e afetar o exercício da profissão. No caso dos ataques *online* direcionados, há uma quantidade expressiva que faz uso de atributos de gênero ou sexualidade para atingir as jornalistas. Essa tática desvia a atenção do debate público da cobertura noticiosa e se direciona à reprodução de um discurso estigmatizante que coloca mulheres em uma posição subalterna, promovendo a manutenção de um sistema patriarcal. Fatores como a incorporação das redes sociais às rotinas jornalísticas, a pandemia da Covid-19, o aumento da polarização política, o anonimato e automação dos perfis proporcionaram um cenário ainda mais hostil à atuação das mulheres jornalistas no ambiente digital. Os ataques vêm provocando consequências pessoais e profissionais às vítimas, dentre elas, a autocensura das jornalistas, de maneira que a sociedade como um todo é afetada por este fenômeno.

3. ‘ELA QUERIA DAR O FURO’: O CASO PATRÍCIA CAMPOS MELLO

Este capítulo tem como objetivo abordar o estudo de caso que foi realizado a partir do episódio vivenciado com a jornalista Patrícia Campos Mello, da *Folha de S. Paulo*. Primeiro, contextualizo os motivos que levaram a jornalista se tornar vítima de violência digital, recebendo milhares de mensagens em suas redes sociais. Depois, descrevo como a metodologia adotada foi aplicada para realização do estudo de caso desta pesquisa.

3.1. A CPMI DAS FAKE NEWS E O CASO PATRÍCIA CAMPOS MELLO

Às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais de 2018, a reportagem (CAMPOS MELLO, 2018-A) que estampava a capa da versão impressa da *Folha de S. Paulo* no dia 18 de outubro revelou um dos maiores esquemas do funcionamento do gabinete do ódio e das milícias digitais. Intitulada “Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp”, o trabalho investigativo da jornalista Patrícia Campos Mello expôs o nome de empresas que haviam contratado serviço de disparo de mensagens falsas em massa pelo WhatsApp contra o candidato Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores. Entre as companhias citadas, estava a Havan, do empresário e governista Luciano Hang. Das agências que promoviam o disparo de mensagens foram citadas pela reportagem a Quickmobile, a Yacows, Croc Services e SMS Market.

O esquema era ilegal porque consistia em doação de campanha financiada por empresas privadas, prática proibida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) naquele ano. Além disso, os contratos, que chegavam a R\$12 milhões, não foram declarados. As agências que forneciam o serviço utilizavam a base do usuário do próprio candidato para enviar as mensagens pelo WhatsApp, tendo acesso à segmentação geográfica e, muitas vezes, de renda. Essa prática também é ilegal porque “a legislação eleitoral proíbe compra de base de terceiros, só permitindo o uso das listas de apoiadores do próprio candidato (números cedidos de forma voluntária)” (CAMPOS MELLO, 2018-A).

O furo de reportagem de Patrícia logo trouxe desdobramentos para o cenário político nacional. Enquanto o então candidato Jair Bolsonaro afirmou que não tinha consciência e controle sobre a compra de pacotes de disparo de mensagens no WhatsApp, o Partido dos Trabalhadores decidiu entrar com uma ação no TSE contra Bolsonaro e seu vice, Hamilton Mourão, Hang e as quatro empresas que trabalham com os disparos de mensagem, envolvidas no esquema revelado pela matéria. Ao negar conhecimento sobre o apoio das empresas, o então candidato à Presidência da República, chegou a insinuar que o jornal *Folha de S. Paulo* estaria

corroborando com a campanha do seu adversário, Fernando Haddad. “Mais tarde, em transmissão em rede social, Bolsonaro reclamou do jornal: ‘A Folha, sempre a Folha. É um jornal que realmente cada vez se afunda mais na lama’” (FERNANDES et al, 2018).

Em julho de 2019, já após a eleição do presidente Jair Bolsonaro, foi instaurada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das Fake News, após pedido feito pelo deputado federal Alexandre Leite do Partido Social Democrata de São Paulo. A Comissão, presidida pelo senador Ângelo Coronel (PSD-BA) e tendo a deputada Lídice Mata (PSB-BA) como relatora, tinha como objetivo investigar a criação de perfis falsos e ataques cibernéticos nas redes sociais, com possível influência no processo eleitoral e no debate público. Como relata Campos Mello (2020), no final do mesmo ano, deputados como Joice Hasselmann e Alexandre Frota e outros legisladores que também romperam com o bolsonarismo denunciaram o uso de verbas públicas para financiar milícias digitais. “Afirmaram que deputados bolsonaristas e integrantes do Executivo utilizavam verba do gabinete para pagar assessores empenhados em caluniar opositores e jornalistas on-line” (CAMPOS MELLO, 2020, p. 23).

Em fevereiro de 2020, a CPMI das Fake News ouviu o testemunho de uma das fontes entrevistadas por Patrícia à época da publicação das reportagens. O Sr. Hans River do Rio Nascimento havia trabalhado em uma das agências que realizavam o trabalho de disparo de mensagens em massa, a Yacows. Durante seu depoimento, porém, Nascimento declarou uma série de informações falsas a respeito da repórter. Ele contou, por exemplo, que ela havia se interessado por um suposto livro dele para se aproximar e conseguir entrevistá-lo.

Eu sou músico, né, faço faculdade de licenciatura e tinha comentado com alguns colegas “Tô lançando um livro aí, esse livro vai ser bacana”. De repente, essa menina, essa jornalista, entrou em contato comigo falando a respeito do meu livro e falei “bacana, né, vai querer me entrevistar, vai querer saber sobre o meu conteúdo, né (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

O relato do ex-funcionário da Yacows sobre a forma como a repórter se aproximou dele não procedia. Após o testemunho de Nascimento, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou os prints das mensagens de WhatsApp trocadas por Patrícia e Hans e não há menção a nenhum livro: “Oi, Hans, tudo bem? Meu nome eh Patrícia, sou jornalista da Folha de S. Paulo. Estou fazendo uma matéria sobre empresas de marketing digital. Vi um processo trabalhista que vc está movendo, acho que posso te ajudar e vc pode me ajudar. Podemos falar?” (CAMPOS MELLO, 2020, p. 81).

Em determinado momento do testemunho, Nascimento alegou que Patrícia havia se oferecido sexualmente para tentar conseguir as informações para a reportagem:

Eu vou deixar mais claro, mas muito mais claro, porque eu acho que não fui muito direto nessa situação da jornalista. Ela queria sair comigo e eu não dei interesse para ela. Ela parou na porta da minha casa e se insinuou para entrar na minha casa, com o propósito de pegar a matéria. Ela se insinuou para entrar, e eu ainda falei que não podia entrar na minha casa. Ela queria ver o meu computador, que eu inclusive trouxe para cá. Não está aqui, eu trouxe para o flat em que a gente está. E quando eu cheguei na Folha de S. Paulo, quando ela escutou a negativa, o distrato que eu dei e deixei claro que não fazia parte do meu interesse, a pessoa querer um determinado tipo de matéria a troco de sexo, que não era a minha intenção, que a minha intenção era ser ouvido a respeito do meu livro, entendeu? (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

Apenas a experiência de ter uma fonte defendendo uma acusação falsa que compromete seu caráter e o seu trabalho durante uma CPMI, transmitida para todo país e onde é proibido mentir, já é suficientemente ruim e traumática para qualquer jornalista. Em seu livro, Patrícia lembra do momento em que uma colega de trabalho lhe relatou o que Nascimento havia dito a seu respeito: “Eu estava no carro, dirigindo, minhas mãos tremiam, os joelhos batiam um contra o outro. Espumava de raiva. [...] Cheguei na redação chorando.” (CAMPOS MELLO, 2020, p. 94-95).

A situação, porém, se agravou com as mensagens e comentários que passou a receber em diversas redes sociais, de perfis anônimos ou não: “‘Você tava querendo dar a buceta pro cara kkkkkk então você chupa piroca por fontes?’ [...] ‘Puta do caralho, por que você não libera seus comentários? Quem tem cu, tem medo’ [...] ‘Linda, deixa te perguntar, você raspa os pelinhos?’” (CAMPOS MELLO, 2020, p. 84). Assim como a própria declaração de Hans River, os comentários eram repletos de machismo e também faziam insinuações – além de assédios – sexuais.

No mesmo dia da Oitiva de Hans, o deputado federal Eduardo Bolsonaro subiu à tribuna da Câmara dos Deputados quando estava sendo filmado e declarou: “Eu não duvido que a sra. Patrícia Campos Mello, jornalista da *Folha*, possa ter se insinuado sexualmente, como disse o sr. Hans, em troca de informações para tentar prejudicar a campanha do presidente Jair Bolsonaro” (CAMPOS MELLO, 2020, p. 83). Ao mesmo tempo, Eduardo espalhou a declaração em diversos comentários no Twitter, rede social onde tem mais de 2 milhões de seguidores.

Já o presidente Jair Bolsonaro, dias após o ocorrido, levantou o assunto durante uma coletiva de imprensa, sem sequer ser questionado:

Ela [repórter] queria um furo. Ela queria dar o furo [risos dele e dos demais]", disse o presidente, em entrevista diante de um grupo de simpatizantes em frente ao Palácio da Alvorada. Após uma pausa durante os risos, Bolsonaro concluiu: "a qualquer preço contra mim" (URIBE, 2020).

A expressão cunhada pelo Presidente da República “dar o furo”, que faz um trocadilho de mau gosto, foi replicada por diversos internautas, como exemplifica Campos Mello (2020) em um comentário que recebeu em seu perfil no Instagram: “Queria dar o furo em troca de reportagens, quenga, agora quer dar uma de vítima... toma vergonha na cara, procura outra pessoa para vc dar esse furico” (CAMPOS MELLO, 2020, p. 85). Nas redes, usuários reproduziram a mentira implantada pelo deputado Eduardo Bolsonaro, alegando que a suposta ação de Patrícia teria sido feita com o objetivo de atingir o presidente. O deputado André Fernandes, do Ceará, tuitou:

Se você acha que está na pior, lembre-se da jornalista da Folha de SP que oferece SEXO em troca de alguma matéria para prejudicar Jair Bolsonaro. Depois de hoje vai (sic) chover falsos informantes para essa senhora. Força, coragem e dedicação Patrícia, você vai precisar (CAMPOS MELLO, 2020, p. 84).

As manifestações de ódio contra a repórter não se deram apenas através de comentários desagradáveis e desrespeitosos. Alguns usuários dedicaram também seu tempo para produzir vídeos, memes e GIFs sobre o episódio. Um vídeo publicado pelo Canal Hipócritas, no YouTube, intitulado JORNALISTA DA FOLHA (CANAL HIPÓCRITAS, 2020), parodia o episódio com uma encenação entre uma prostituta e um cliente. Na cena, a mulher está parada no meio da rua, à noite, quando um carro se aproxima. O motorista abre a janela e ela se debruça, iniciando um diálogo no qual o homem pede por “serviço completo”. Após algumas provocações, ele diz que está em busca de um furo de reportagem:

Eu quero um furo de reportagem, sua safada... Um furinho bem gostoso... Você só manipula notícia ou você também cria notícia falsa do zero? Uma outra coisa que estou precisando é uma fonte falsa, aquela que inventa história mesmo e se for preciso ela até vai depor se for intimada (CAMPOS MELLO, 2020, p. 76).

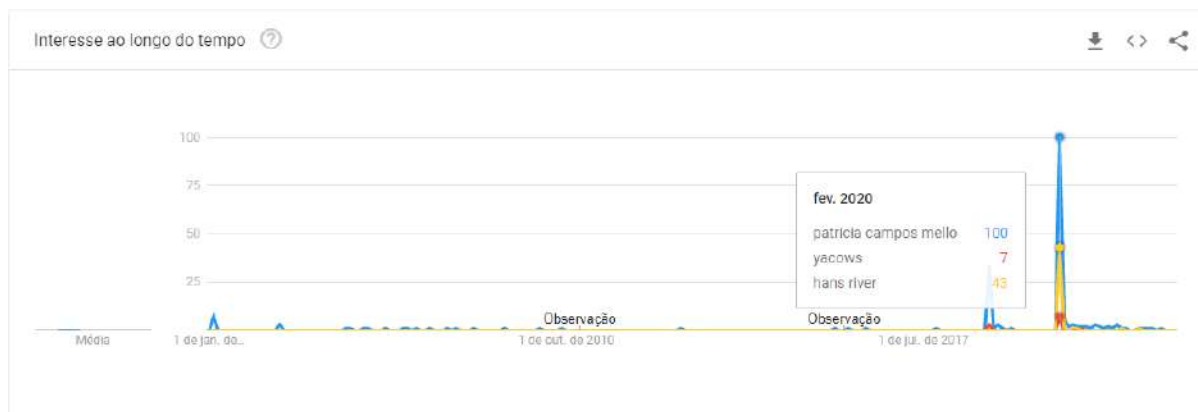
A prostituta fica confusa e diz que não faz esse tipo de coisa. O homem, então, pergunta se ela não era jornalista da Folha, o que deixa a mulher extremamente ofendida:

Olha aqui, eu sou prostituta, seu babaca. Jornalista da Folha? Era só o que me faltava. O meu trabalho é um trabalho digno, eu não destruo a vida das pessoas! Serviço completo, né? Agora eu estou entendendo, serviço completo. Eu faço, sim, serviço completo, mas isso eu não faço porque eu tenho dignidade, seu idiota! Sai daqui! (CAMPOS MELLO, 2020, p. 76)

Para se ter uma ideia da repercussão do caso nas redes sociais, o número de pesquisas pelo nome de Patrícia Campos Mello em sites de buscadores de internet disparou, após a declaração feita por Hans River. A ferramenta Google Trends mostra que fevereiro de 2020, quando depôs o ex-funcionário da Yacows, foi o mês com o maior número de buscas pelo nome da jornalista desde 2004, quando o recurso começou a coletar dados de pesquisas na Web.

Pesquisas pelo nome de Hans River e pela empresa Yacows também aumentaram no mesmo período, mas não tiveram a mesma projeção que o nome de Patrícia:

Figura 3 – Aumento de buscas pelos termos ao longo do tempo



Fonte: Google Trends ¹⁴

Há, portanto, uma demonstração prática da cortina de fumaça que é implantada através da difamação contra mulheres jornalistas, visando tirar a atenção do foco do assunto principal revelado pela reportagem e dos desdobramentos da CPMI. “Os ataques são lançados para distrair as pessoas, fazer com que elas não prestem atenção em fatos realmente importantes” (CAMPOS MELLO, 2020, p. 108).

Após a repercussão do incidente, Patrícia entrou com ações na Justiça contra quatro dos principais mobilizadores dos ataques difamatórios. Em março de 2021, a 19ª Vara do Foro Central Cível de São Paulo condenou o presidente Jair Bolsonaro a pagar uma indenização de R\$ 20 mil à repórter. Em setembro do mesmo ano, a Justiça de São Paulo majorou a condenação do deputado federal Eduardo Bolsonaro de R\$ 30 mil para R\$ 35 mil, por afirmar que a jornalista tentava seduzir fontes para obter informações que fossem prejudiciais ao Presidente da República. Outro condenado a indenizar Patrícia, em R\$ 50 mil, foi o deputado estadual do Ceará André Fernandes (PL) pelas alegações de caráter machista (COURA, 2022).

Na última atualização do processo movido contra Hans River do Rio Nascimento, a 22ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo anulou a sentença que havia condenado o ex-funcionário da Yacows a indenizar Campos Mello em R\$ 50 mil. A anulação ocorreu após o juiz André Augusto Salvador Bezerra, da 42ª Vara Cível de São Paulo,

¹⁴ Disponível em:

<https://trends.google.com.br/trends/explore?date=all&geo=BR&q=%2Fg%2F11ff53mrzs,yacows,hans%20river>
Acesso em 14 maio 2022.

atender ao pedido dos desembargadores que consideraram a decisão *citra petita*, isto é, que não examinou todas as questões reformuladas por River. O processo corre em primeira instância e aguarda novo deferimento (COURA, 2022).

3.2. ESTUDO DE CASO

A partir da exposição do episódio de violência sofrido pela jornalista Patrícia Campos Mello nas redes sociais, esta seção busca explicar o passo a passo para realização deste trabalho, em que o estudo de caso foi adotado como método de investigação. Para Yin (2010, p. 32), este método constitui-se em “uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente”. Yin (2010) também considera o estudo de caso apropriado quando são utilizadas uma combinação de evidências e quando a pesquisa é mobilizada por questões investigativas que iniciam por “como” e “por quê”. Dessa forma, este trabalho atende à orientação do autor uma vez que pretende entender como as manifestações de violência digital contra mulheres jornalistas afetam as narrativas de desinformação.

Resumidamente, os passos para aplicação prática desta metodologia foram:

- a) Levantamento bibliográfico e revisão de literatura;
- b) Coleta de dados do Twitter;
- c) Categorização das mensagens.

No segundo capítulo, foi apresentada uma revisão de literatura sobre os temas da violência contra mulheres jornalistas, assédio *online* de gênero, desinformação, ódio à imprensa e violência digital contra mulheres jornalistas. Ainda que este tema possa ser atravessado por diversos vieses, a busca por uma literatura singular sobre a violência contra mulheres jornalistas no ambiente digital mostra um esforço para compreensão das particularidades do fenômeno abordado. Ressalta-se, portanto, que toda a discussão proposta neste trabalho se dá a partir do entendimento de um cenário anterior de acirramento de disputas políticas, credibilidade da imprensa, aumento da desinformação e, claro, do contexto histórico de uma sociedade machista patriarcal, onde mulheres são discriminadas pelo seu gênero.

O Twitter foi a rede social escolhida para realização da análise específica do caso Patrícia Campos Mello por algumas razões. Diversos estudos já demonstraram a enorme presença de contas automatizadas e *trolls* atuando na atmosfera da plataforma (SANTINI et al,

2018; BENNET, LIVINSTON, 2018; FERRARA, 2016, RSF, 2020). A rede social também permite a fácil extração de dados para posterior análise, ainda que de maneira limitada, pois pesquisas quantitativas que fazem uso da API¹⁵ do Twitter conseguem coletar apenas 1% de todas as informações publicadas na rede (SANTINI et al, 2020). Por fim, o monitoramento de violência de gênero realizado no último ano pela Abraji (2022) indicou que o Twitter foi utilizado 66 vezes nos ataques digitais contra mulheres jornalistas, na frente do Instagram, Facebook, YouTube e Whatsapp que registraram, juntos, 17 episódios.

Para a coleta de dados, utilizou-se a ferramenta ePOCS Twitter Crawler (SAVA, 2016), desenvolvida pelo Laboratório de Mídias Sociais e Opinião Pública da PUC-Rio. Esta tecnologia permite que as informações sejam extraídas da rede social Twitter gratuitamente, a partir de filtros específicos, como data, respostas a uma conta específica, publicações de uma conta específica, nível de engajamento das publicações, palavras-chaves, entre outros. Cabe ressaltar que foram extraídos apenas os *tweets* publicados por contas abertas na plataforma.

Como os ataques massivos contra Patrícia se intensificaram a partir da declaração de Hans River do Nascimento na CPMI, no dia 11 de fevereiro, esta foi a data escolhida para a extração dos dados. Para não limitar os resultados encontrados, optou-se por não utilizar nenhum filtro de autoria das mensagens ou de palavras-chaves. A amostra coletada levou em conta apenas dois critérios: tweets publicados em resposta à conta oficial da jornalista, que mencionaram o usuário @camposmello, e que tivessem sido publicados no período entre 11 e 12 de fevereiro de 2020.

Cabe aqui duas ressalvas: a coleta de dados foi realizada no dia 22 de setembro de 2021 e, portanto, alguns *tweets* que foram coletados nesta data, mas excluídos depois, não estão mais disponíveis publicamente. Isto, porém, não afetou a análise realizada. Vale ressaltar também que foram coletados apenas os *tweets* públicos, como é possível fazer a partir do uso da ferramenta ePOCS Twitter Crawler.

A maior parte das mensagens se referiram a uma publicação feita pela própria repórter no dia 11 de fevereiro, afirmando que em breve publicaria prints das conversas entre ela e o ex-funcionário para desmentir a alegação de Hans:

¹⁵ API é a sigla em inglês para interface de programação de aplicações. Consiste no conjunto de protocolos para criar e integrar softwares de programação.

Figura 4 – Tweet publicado pela Patrícia Campos Mello



Foto: Twitter / Reprodução¹⁶

Ao final da coleta, a plataforma ePOCS Twitter Crawler disponibilizou uma planilha com 18.131 *tweets* correspondentes aos filtros definidos. O documento¹⁷ fornece as seguintes informações: identificação do usuário (nome escolhido pelo usuário que não necessariamente corresponde ao *username*), nome do usuário (corresponde ao *username*, por exemplo, @camposmello), texto da mensagem, data e hora da publicação, *replies* (respostas ao *tweet*), *retweets* (compartilhamento da publicação), *likes* (curtidas), *score engagement* (a pontuação final de engajamento, considerando a soma do número de *replies*, *retweets* e *likes*), o URL de conteúdo de mídia quando houver, o URL de links quando houver e o URL do *tweet* em questão.

Pesquisas que analisam grandes bases de dados, no geral, desenvolvem algoritmos para dar conta de processar a alta quantidade de informação. Embora vantajoso por possibilitar a análise de uma amostra maior, este tipo de ferramenta pode ser muitas vezes impreciso – algoritmos que buscam reconhecer se um usuário é *bot* ou não, por exemplo, possuem uma alta margem de erro. Além disso, considerando que a interpretação humana possibilita também uma interpretação qualitativa sobre os resultados (MINAYO, 2009), nesta pesquisa, preferiu-se trabalhar com uma amostra menor – porém significativa – e estabelecer critérios para definição de padrões que permitissem responder às questões investigativas propostas. Os critérios que possibilitaram a organização dos *tweets* em diferentes categorias foram elaborados segundo a análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2007). De acordo com a autora, a análise de conteúdo é:

¹⁶ Disponível em: <https://twitter.com/camposmello/status/1227311186045214720> Acesso em 14 maio 2022.

¹⁷ Os dados coletados podem visualizados em formato CSV e XLSX, gratuitamente, no site <https://etc.biobd.inf.puc-rio.br/>, por qualquer pessoa que tenha login na plataforma eTC. Busca identificada pelo ID 150.

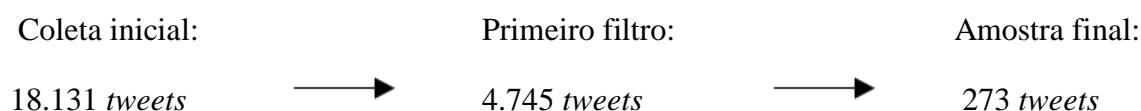
um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2007, p. 44)

Abaixo, o detalhamento de como a análise de conteúdo de Bardin foi colocada em prática no presente trabalho, de acordo com as três principais etapas: organização, codificação e categorização.

3.2.1 Organização

Em primeiro lugar, foi realizada uma leitura flutuante (BARDIN, 2007, p.122) de todo o material, permitindo que primeiras impressões e orientações aparecessem. Nesta etapa, elaborou-se as primeiras hipóteses investigativas que permitiriam a categorização dos dados subsequentes durante a etapa final.

Em seguida, foi realizada a escolha dos documentos para demarcação do *corpus* de análise: eliminou-se todas aquelas mensagens que não tiveram nenhum tipo de interação, ou seja, cujo *score engagement* foi igual a 0. Este primeiro filtro transformou a base inicial de mais de 18 mil *tweets* em 4745. Apesar de reduzida, ainda assim a base de dados permaneceu extensa, portanto, foi selecionada uma amostra de 5% deste novo grupo, de acordo com o critério de engajamento, que leva em consideração a quantidade de curtidas, comentários e compartilhamentos que uma publicação obteve. Desta forma, o *corpus* foi delimitado como: a amostra de 5% do conjunto de *tweets* com maior engajamento publicados em resposta a conta oficial da Patrícia Campos Mello (@camposmello), entre 11 e 12 de fevereiro, que tiveram ao menos algum tipo de interação (*replies*, *likes* ou *retweets*):



3.2.2. Codificação

Uma vez ordenada a amostra coletada, foi preciso tratar este material, isto é, codificá-lo. Segundo Bardin (2007, p. 129), a codificação é uma etapa onde “por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão; susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto”. Foram elaboradas ao todo dez questões investigativas que serviram para orientar a categorização das mensagens, de acordo

com diferentes aspectos. Optou-se por utilizar perguntas fechadas, isto é, que pudessem ser respondidas com sim ou não, e, dentro destas perguntas fechadas, foram pensadas outras questões abertas, a serem respondidas no caso de respostas afirmativas às questões anteriores.

1. É um ataque ou uma mensagem de apoio?
 - 1.1 Reproduz a versão do depoimento de Hans River Nascimento?
 - 1.2 Faz menção a algum ator social?
 - 1.2.1 Qual ator social é mencionado?
 - 1.3 Promove ofensas à Patrícia Campos Mello?
 - 1.3.1 Qual termo ou expressão é utilizado para ofender a repórter?
 - 1.4 Promove ataques ao jornal *Folha de S. Paulo* ou ataca de alguma forma a imprensa?
 - 1.5 Utiliza imagens, gifs ou mídia no tweet?
 - 1.6 Utiliza *hashtag*?
 - 1.6.1 Qual *hashtag* é utilizada?

A primeira questão elaborada “É um ataque ou uma mensagem de apoio?” também cumpriu um papel eliminatório. Uma vez que este trabalho buscou investigar a violência digital contra mulheres jornalistas, todos os *tweets* que não foram classificados como ataques (ou seja, as mensagens de apoio e os *tweets* inconclusivos) foram desconsiderados nas questões posteriores.

Para elucidação da etapa de codificação, Bardin descreve a necessidade de se estabelecer uma unidade de registro e uma unidade de contexto. A primeira diz respeito a um segmento de conteúdo a ser considerado como unidade de significação base, visando a categorização e a unidade frequencial, já o segundo se refere ao contexto de onde a unidade de registro foi retirada, uma unidade de compreensão.

No caso desta pesquisa, entende-se que a unidade de registro foi a presença de um tema, de acordo com cada aspecto. No caso da questão “Reproduz a versão do depoimento de Hans River Nascimento?”, por exemplo, busca-se identificar se o tema do depoimento, isto é, a insinuação de que Patrícia havia se oferecido sexualmente, esteve presente em cada uma das mensagens publicadas. Já a unidade de contexto, foi compreendida como todo o contexto anterior à publicação daquela mensagem, já que o *tweet* sem estar inserido dentro deste contexto, não poderia ter seu sentido compreendido. É importante ressaltar que as imagens presentes nos *tweets* também foram consideradas para identificação temática.

Porém, no caso das questões investigativas abertas, entende-se que a unidade de registro pôde ser compreendida como uma palavra ou expressão. É o caso da questão “Quais atores sociais foram mencionados?”, onde a unidade base de significação foi a menção a um político, partido, personalidade, entre outros elementos. Neste caso, a unidade de contexto pôde ser compreendida como a frase de onde o termo foi retirado.

Na tabela com os *tweets* coletados, foram acrescentadas colunas para anotação das respostas de cada questão investigativa. Para as perguntas fechadas, foram anotados 0, 1 ou 2, no caso da resposta ser negativa, positiva ou inconclusiva, respectivamente. Para as perguntas abertas, foram anotadas a resposta subjetiva da questão: por exemplo, em “Qual termo ou expressão é utilizado(a) para ofender a repórter?” foi descrito o termo ou expressão utilizado. Na ausência de um termo ou expressão, foi anotado 0. Também foi criada uma coluna extra para anotação de observações diversas que pudessem contribuir com a interpretação dos dados para a análise. Abaixo, uma captura de tela de como foi sistematizada a anotação das respostas às questões investigativas:

Figura 5 – Captura de tela com a sistematização da análise de conteúdo

N	O	P	Q	R	S
Quais atores soci	Promove ofensas	Qual termo é uti	Ataque de g	Termo pater	Desqualifica
Comunismo;	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
0	1	"Quanto sai a fo	1	0	0
Hans; PT;	0	0	1	0	0
Patrícia; PT;	1	"tá precisando u	1	1	1
Folha de São Pau	1	"XereCard"	1	0	0
Hans River;	0	0	0	0	0
Negão do Whatsa	0	0	1	0	0
Venezuela; Patríc	1	"kiridinha" "acal	0	1	0
Lenny Krevitz;	1	"pseudo jornalista	0	0	1
Patrícia Lelis	1	Patrícia Lélis	1	0	0

Fonte: Elaboração própria

3.2.3 Categorização

As perguntas fechadas (que só puderam ser respondidas por sim ou não) permitiram obter respostas que evidenciaram a frequência da aparição de um aspecto na amostra das mensagens. Por exemplo, a primeira questão “É um ataque ou uma mensagem de apoio?” aceitou três tipos de resposta: sim, é um ataque; sim, é uma mensagem de apoio; não se trata

de nenhum dos dois ou não foi possível concluir. Portanto, neste aspecto foram criadas três categorias: (1) ataques, (2) mensagens de apoio e (3) outras mensagens.

A mesma lógica foi utilizada para as questões “Reproduz a versão do depoimento de Hans River Nascimento?”, “Qual ator social é mencionado?”, “Promove ofensas à Patrícia Campos Mello?”, “Promove ataques ao jornal *Folha de S. Paulo* ou ataca de alguma forma a imprensa?”, “Utiliza imagens, gifs ou mídia no tweet?” e “Utiliza *hashtag*?”, uma vez que todas essas tratam-se de perguntas fechadas.

No caso das perguntas abertas, as categorias foram criadas a partir das respostas que apareceram. Por exemplo, a questão “Qual termo é utilizado para ofender a jornalista Patrícia Campos Mello?”, aceitou qualquer tipo de resposta, permitindo uma categorização temática. Conforme foi sendo realizada a análise, observou-se que os termos e expressões utilizados para ofender a jornalista apresentavam três grandes padrões e, por isso, neste aspecto foram criadas as categorias: (1) ataques sexuais, (2) termos paternalistas, (3) desqualificação profissional (4) outros ataques.

A mesma lógica foi utilizada para a questão “Qual termo é utilizado para atacar ou desacreditar a imprensa?”, que possibilitou a categorização em três grupos: (1) ataques que sugerem a manipulação das informações por parte da imprensa, (2) ataques ao jornal *Folha de S. Paulo* e (3) outros ataques.

No caso da questão “Qual ator social foi mencionado?”, porém, não foi observado nenhum tipo de padrão relevante entre as respostas, mas foi constatado que determinados nomes apareceram com maior frequência do que outros. Dessa forma, foi realizada uma categorização frequencial e as próprias respostas tornaram-se as categorias.

A análise das imagens utilizadas também seguiu o critério de repetição de um conteúdo temático e neste aspecto surgiram as categorias: (1) imagens que fazem apologia ao sexo, (2) imagens que utilizam figuras negras, (3) referências ao livro *Lua de Mel* em Kobane, (4) memes sobre a esquerda e (5) outras imagens. Já a pergunta “Qual *hashtag* é utilizada?” surpreendentemente não obteve um número relevante de respostas, de maneira que a etapa de categorização não foi realizada. No capítulo dos Resultados, são apresentadas todas as *hashtags* que apareceram nos *tweets* analisados.

As categorias criadas permitiram verificar a quantidade de ataques e de comentários que reproduziram a versão do discurso de Hans River na CPMI, identificar o alvo preferencial dos ataques, os tipos de ataques contra a repórter e contra a imprensa, os atores sociais mencionados, os temas presentes nas imagens e as *hashtags* utilizadas. A partir da obtenção dos resultados quantitativos e qualitativos, foi possível identificar as principais narrativas de

desinformação utilizadas nos ataques e as principais estratégias para atacar a repórter Patrícia Campos Mello. No próximo capítulo, serão apresentados os resultados, assim como o detalhamento de cada uma das categorias elaboradas para os distintos aspectos analisados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo é dividido em quatro seções primárias. Na primeira, são apresentados os aspectos gerais dos resultados, como a quantidade de ataques nos *tweets*, em comparação ao número de mensagens de apoio; a quantidade de *tweets* que reproduziram o discurso de Hans River na CPMI das *Fake News* e os atores sociais mencionados.

A segunda seção primária é dedicada aos ataques. Nela, são apresentados os alvos dos ataques, os tipos de ataques e os termos e expressões utilizados contra a imprensa e os tipos de ataques e os termos e expressões utilizados contra a jornalista Patrícia Campos Mello.

Na terceira seção, são apresentados os resultados referentes à utilização de outros recursos, como imagens e *hashtags*. Por fim, a última seção reflete sobre os resultados apresentados nas seções anteriores, identificando as principais narrativas de desinformação presentes nos *tweets* e também o papel da violência de gênero nos ataques.

Por razões éticas, o nome do usuário que publicou as mensagens e a foto de perfil foram ocultados, exceto em casos cujos perfis oficiais verificados pertencem a pessoas públicas. Neste capítulo, aparecem a jornalista Juliana Dal Piva, do *Portal UOL*, e o deputado federal André Fernandes, do PT¹⁸.

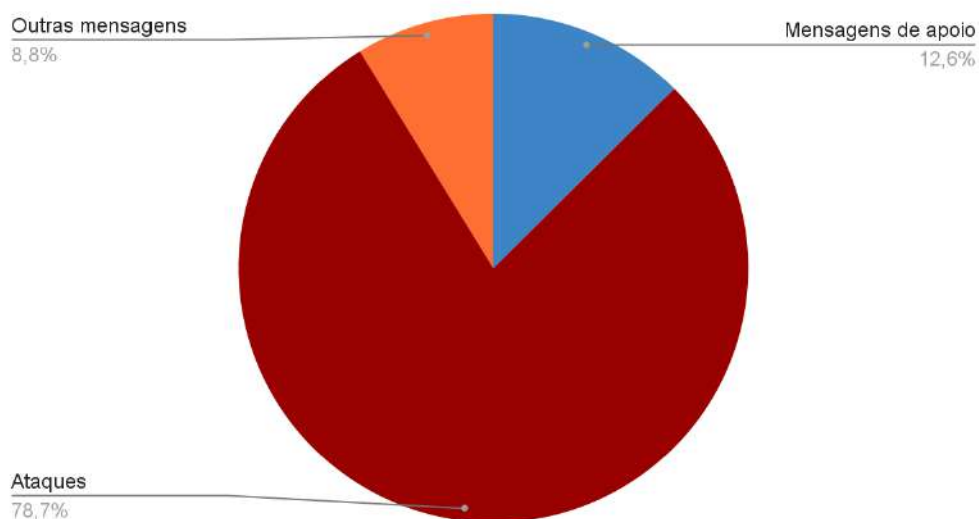
4.1. ASPECTOS GERAIS

4.1.1 Mensagens de apoio vs ataques

O primeiro aspecto da análise buscou entender se os *tweets* coletados eram comentários de ódio, xingamentos e/ou agressões à jornalista ou à imprensa de alguma maneira ou se prestavam apoio e solidariedade à situação que ela precisou enfrentar. Foi realizada uma categorização do total de mensagens entre três grupos: (1) os ataques; (2) as mensagens de apoio e (3) outras mensagens. Abaixo, exemplos de uma mensagem de cada grupo:

¹⁸ Nos capítulos anteriores, optamos por não ocultar os nomes nos *tweets* de Patrícia Campos Mello e Jair Bolsonaro, pelas mesmas razões.

Figura 6 – Gráfico com os *tweets* em resposta à Patrícia Campos Mello



Fonte: Elaboração própria.

Das 237 mensagens analisadas, 188 corresponderam ao primeiro grupo, o dos “ataques”, representando 78,7% do universo total. Houve apenas 30 *tweets* que prestaram apoio e solidariedade à Patrícia Campos Mello, um equivalente a 12,6%. E outros 19 *tweets*, ou 8,8% do total analisado, não foram considerados nem “ataques” nem “mensagens de apoio”, entrando para o grupo “outras mensagens”. Abaixo, destaco alguns exemplos de mensagens que foram consideradas em cada categoria:

Figura 7 – Exemplo de *tweet* considerado ataque



Foto: Reprodução / Twitter¹⁹

¹⁹ Disponível em: <https://twitter.com/mariobvn/status/1227313066448171008>. Acesso em 08 maio 2022.

Figura 8 – Exemplo de *tweet* considerado mensagem de apoio



Foto: Reprodução / Twitter²⁰

Figura 9 – Exemplo de *tweet* inconclusivo



Foto: Reprodução / Twitter²¹

No primeiro *tweet*, a agressão fica evidente com o uso dos termos “baixa”, “suja” e “canalha”, além do autor reafirmar que Patrícia teria se prostituído com o objetivo de atacar o Presidente da República. O segundo exemplo trata de uma manifestação de solidariedade e apoio publicada pela jornalista Juliana Dal Piva, do portal UOL, que também se tornou vítima frequente de linchamentos virtuais. E, por fim, a autora da última publicação não está nem atacando nem prestando seu apoio à jornalista, mas questionando o acesso limitado para visualização de reportagens *online* por não-assinantes, uma vez que Patrícia havia prometido a publicação de uma matéria para esclarecer as difamações.

Como este trabalho centra-se na violência digital contra mulheres jornalistas, as mensagens categorizadas nos grupos “mensagens de apoio” e “outras mensagens” foram descartadas e apenas aquelas do grupo dos “ataques” foram utilizadas para a análise dos aspectos subsequentes.

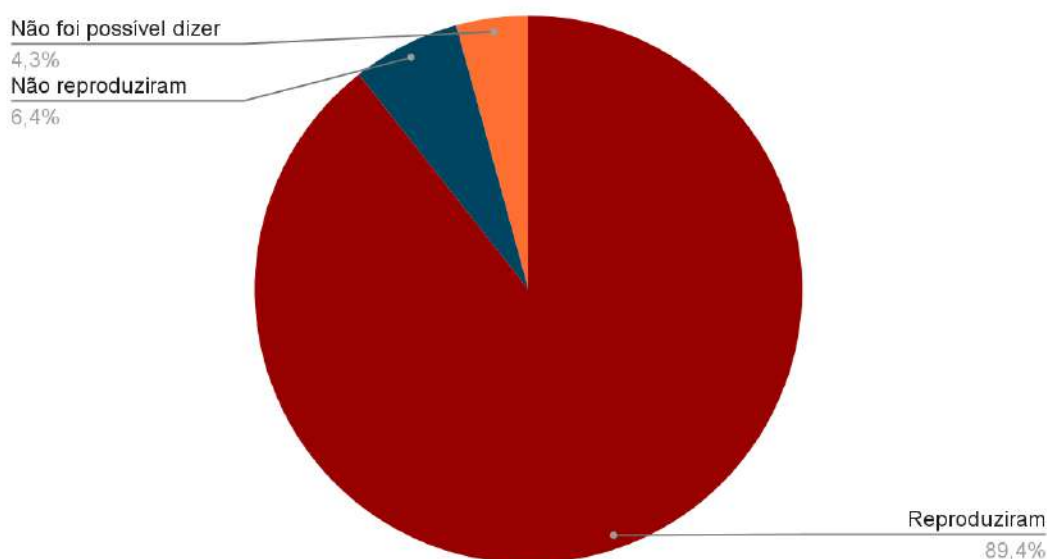
²⁰ Disponível em: <https://twitter.com/julianadalpiva/status/1227356835293941765>. Acesso em 08 maio 2022.

²¹ Disponível em: <https://twitter.com/CINDERELABAIANA/status/1227381046527832065>. Acesso em 08 maio 2022.

4.1.2 Reprodução da versão do depoimento do Hans River na CPMI das Fake News

Este segundo aspecto buscou analisar se a narrativa presente nos *tweets* do grupo “ataques” correspondeu ao testemunho apresentado pelo ex-funcionário da Yacows. As mensagens analisadas foram categorizadas nos grupos: (1) comentários que reproduziram a versão, (2) comentários que não reproduziram a versão e (3) comentários em que não foi possível identificar.

Figura 10 – Gráfico com os *tweets* que reproduziram a versão do depoimento de Hans River na CPMI das Fake News



Fonte: Elaboração própria.

A maioria dos ataques, correspondente a 89,4%, fez alusão à versão apresentada por Hans River na CPMI das Fake News, em fevereiro de 2020. Ou seja, dos 188 *tweets* considerados, 168 fizeram menção ao fato de que Patrícia teria supostamente oferecido sexo em troca de informação e forjado provas nas reportagens publicadas. 12 *tweets* claramente não reproduziam a versão apresentada pela testemunha e em outras 8 mensagens não foi possível estabelecer se o discurso compactuava ou não com a versão. Abaixo, exemplos de *tweets* que foram considerados em cada uma das categorias:

Figura 11 – Exemplo de *tweet* que reproduziu a versão do depoimento de Hans



Foto: Reprodução / Twitter²²

Figura 12 – Exemplo de *tweet* que não reproduziu a versão do depoimento de Hans



Foto: Reprodução / Twitter²³

Figura 13 – Exemplo de *tweet* inconclusivo



²² Disponível em: <https://twitter.com/CINDERELABAIANA/status/1227381046527832065> Acesso em 08 maio 2022.

²³ Disponível em: <https://twitter.com/CINDERELABAIANA/status/1227381046527832065> Acesso em 08 maio 2022.

Foto: Reprodução / Twitter²⁴

4.1.3 Atores mencionados:

Neste aspecto, buscou-se mapear se havia algum tipo de padrão entre os comentários no que diz respeito à menção de outros atores sociais. Dessa forma, foram computadas todas as vezes em que citações a um personagem político, partido ou veículo de comunicação, por exemplo, estiveram presentes nas mensagens.

Do total de ataques, 36% mencionaram atores sociais específicos. Os nomes que mais apareceram foram: PT (16), Hans River (13), Patrícia Campos Mello (12), Jair Bolsonaro (8) e *Folha de S. Paulo* (7), respectivamente.

Figura 14 – Exemplo de *tweet* que menciona o PT



Foto: Reprodução / Twitter²⁵

Figura 15 – Exemplo de *tweet* que menciona Hans

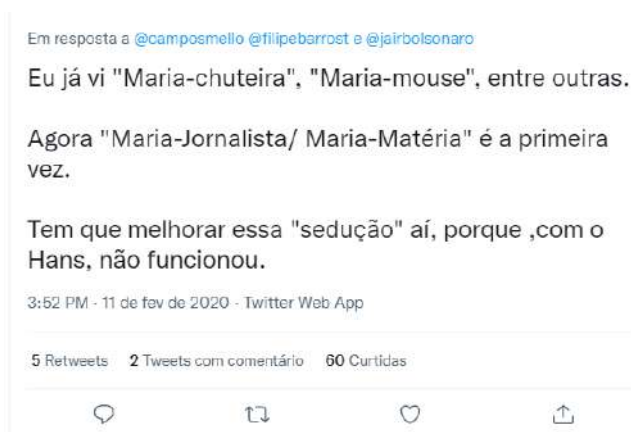


Foto: Reprodução / Twitter²⁶

²⁴ Disponível em: <https://twitter.com/nelsonlpc/status/1227302313393520641> Acesso em 08 mai 2022.

²⁵ Disponível em: <https://twitter.com/LaudiceIM/status/1227353127617253377> Acesso em 08 maio 2022.

²⁶ Disponível em: <https://twitter.com/Tamahiko000/status/1227304383530049538> Acesso em 08 mai 2022.

Figura 16 – Exemplo de *tweet* que menciona Patrícia



Foto: Reprodução / Twitter²⁷

Figura 17 – Exemplo de *tweet* que menciona Jair Bolsonaro



Foto: Reprodução / Twitter²⁸

Figura 18 – Exemplo de *tweet* que menciona a *Folha de S. Paulo*



Foto: Reprodução / Twitter²⁹

²⁷ Disponível em: <https://twitter.com/osamuraicristao/status/1227317001229676544> Acesso em 08 mai 2022.

²⁸ Disponível em: <https://twitter.com/osamuraicristao/status/1227317001229676544> Acesso em 08 mai 2022.

²⁹ Disponível em: <https://twitter.com/JoaoCorpNews/status/1227380750313545730> Acesso em 08 maio 2022.

Figura 19 – Nuvem de palavras com os atores sociais mencionados nos tweets



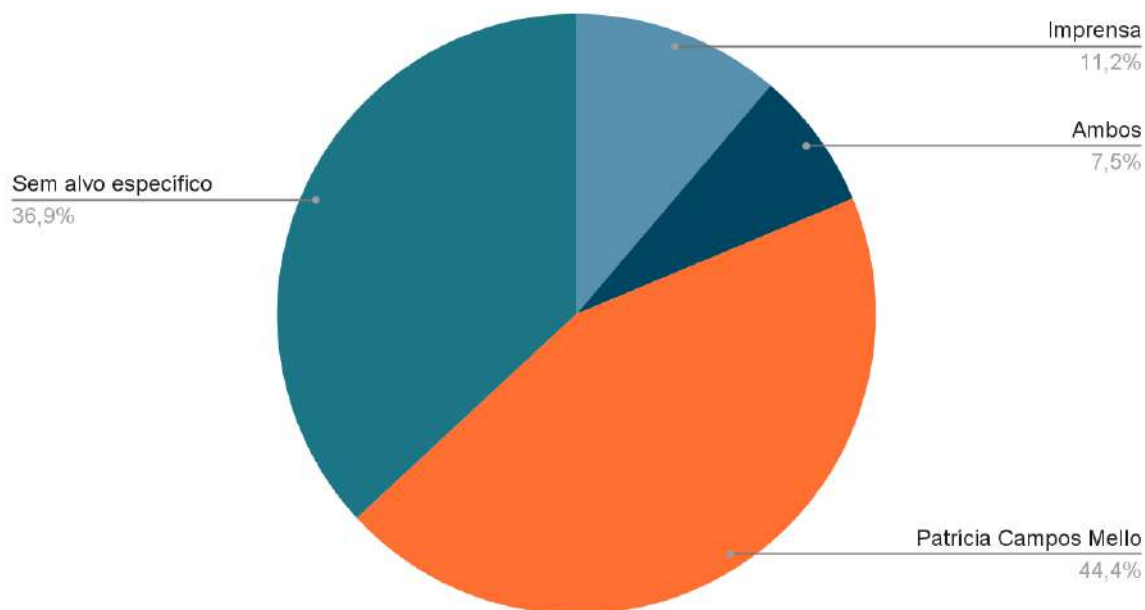
Fonte: Elaboração própria.

4.2. ATAQUES À IMPRENSA E À JORNALISTA PATRÍCIA CAMPOS MELLO

4.2.1 Alvo dos ataques

Este critério buscou identificar se os ataques eram diretamente direcionados (1) à Patrícia, (2) ao jornal *Folha de S. Paulo* ou à imprensa, (3) a ambos ou (4) sem um alvo específico.

Do total de ataques analisados, 63,1% (ou 119 do total de 188) foram direcionados a um alvo específico. Patrícia foi a principal vítima: 44,4% (84 mensagens) do total de ataques foram direcionadas à repórter, 11,2% (21 mensagens) à *Folha de S. Paulo* ou à imprensa de maneira geral e 7,5% (14 mensagens) foram dirigidas à repórter e à imprensa.

Figura 20 – Gráfico sobre o alvo dos ataques nos *tweets*

Fonte: Elaboração própria.

Abaixo, exemplos de *tweets* considerados em cada uma das categorias:

Figura 21 – Exemplo de ataque direcionado à Patrícia

Foto: Reprodução / Twitter³⁰

³⁰ Disponível em: <https://twitter.com/GuileBrasileiro/status/1227332907771027459> Acesso em 08 maio 2022.

Figura 22 – Exemplo de ataque direcionado ao jornal *Folha de S. Paulo* ou à imprensa



Foto: Reprodução / Twitter³¹

Figura 23 – Exemplo de ataque direcionado a ambos



Foto: Reprodução / Twitter³²

Figura 24 – Exemplo de ataque sem alvo específico



Foto: Reprodução / Twitter³³

³¹ Disponível em: <https://twitter.com/PatriotaHoje/status/1227344683535421440> Acesso em 08 maio 2022.

³² Disponível em: <https://twitter.com/telejota/status/1227365616719364097> Acesso em 08 maio 2022.

³³ Disponível em: <https://twitter.com/Valdecirdelecl1/status/1227316644042637317> Acesso em 08 maio 2022.

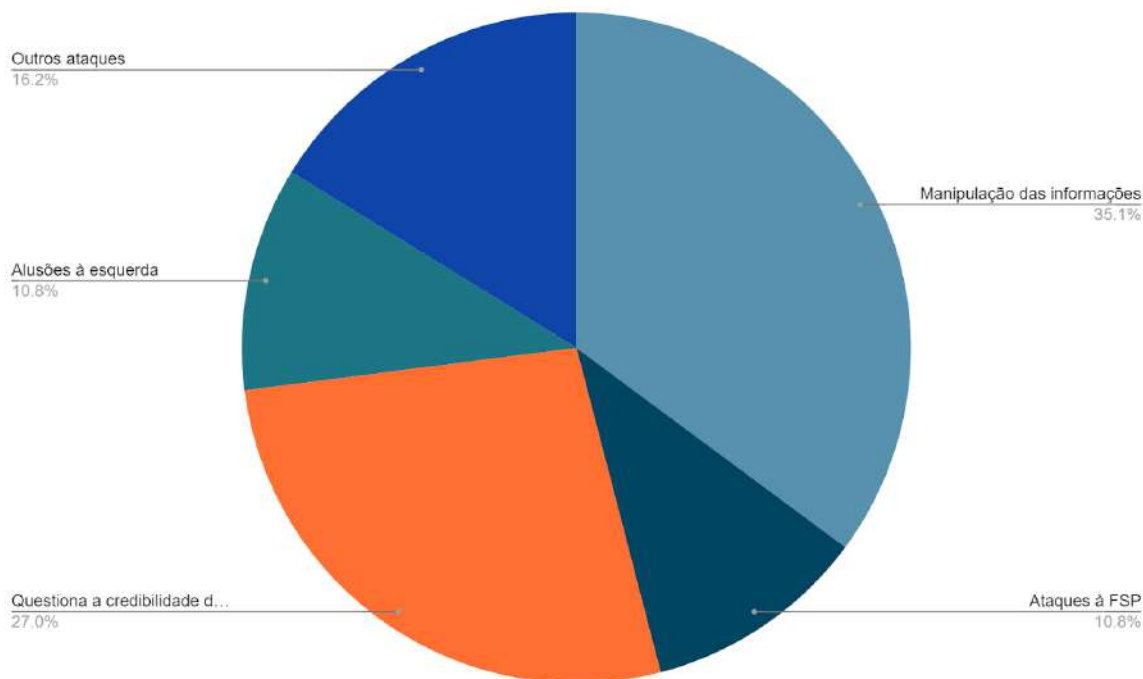
No primeiro caso de ataque, a autora do *tweet* se dirige apenas a Patrícia, ao recomendar que ela tenha cuidado ao publicar as fotos e vídeos íntimos que supostamente a jornalista tem com o Hans. O segundo comentário critica a imprensa e não menciona a repórter, através da *hashtag* #extremaimprensamentirosa. Uma das imagens publicadas também sugere que a imprensa estaria adotando um posicionamento político e seria contaminada pelo “comunavírus”.

O terceiro *tweet* se dirige à Patrícia com as expressões “Mentir é sua profissão” e “Safadinha” e “Tava querendo dar pro negão?”, mas se refere à *Folha de S. Paulo* ao afirmar que a empresa onde a jornalista trabalha é um lixo gráfico, com a *hashtag* #Folhalixo e com a publicação do GIF que diz “Fake News”. Por fim, o último comentário é um exemplo de um ataque que não teve nenhum alvo direcionado. Apesar de ironizar a situação com a expressão “Deu ruim, hein” e por isso ter sido categorizada como ataque, não há nenhuma palavra ou expressão que direcione este ataque.

4.2.2 Ataques ao jornal *Folha de S. Paulo* ou à imprensa:

No caso dos ataques à *Folha de S. Paulo* ou à imprensa de maneira generalizada, foi possível subcategorizar as mensagens em cinco grandes grupos: (1) ataques que sugerem a manipulação das informações por parte da imprensa, (2) ataques que questionam a credibilidade do jornalismo, (3) ataques ao jornal *Folha de S. Paulo*, (4) alusões à esquerda e (5) outros ataques.

Figura 25 – Gráfico com os tipos de ataque contra a imprensa



Fonte: Elaboração própria.

Figura 26 – Exemplo de ataque que sugere a manipulação das informações



Foto: Reprodução / Twitter³⁴

Este grupo foi o mais predominante dentro dos ataques à imprensa e à *Folha de S. Paulo*, responsável por 35,1% do total. Os usuários argumentaram, na maior parte das vezes, que os áudios e prints das conversas entre Hans e Patrícia, que a repórter se compromete em publicar, seriam editados e adulterados. No exemplo em questão, o usuário faz menção ao jornalista do *The Intercept Brasil* Glenn Greenwald chamando-o de “Verdevaldo”. A mensagem compara a atuação de Patrícia com a do jornalista britânico, também considerada imprudente pelo usuário.

³⁴ Disponível em: <https://twitter.com/lferronato/status/1227347951376269313> Acesso em 08 maio 2022.

O segundo grupo mais predominante foi o dos ataques que questionaram a credibilidade do jornalismo. Este tipo de estratégia esteve presente em 27,0% das mensagens que tiveram a imprensa como alvo. Na maior parte das vezes, os agressores acusaram a imprensa de mentirosa.

Figura 27 – Exemplo de ataque que questiona a credibilidade



Foto: Reprodução / Twitter³⁵

Além disso, 10,8% dos *tweets* mencionaram especificamente o jornal *Folha de São Paulo*. No exemplo abaixo, o usuário fez uso da *hashtag* #FolhaLixo.

Figura 28 – Exemplo de ataque contra o jornal *Folha de S. Paulo*

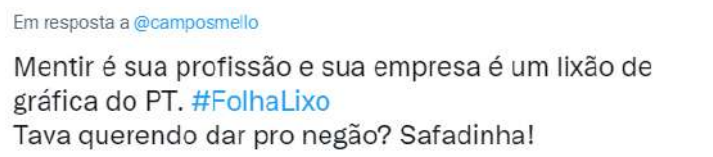


Foto: Reprodução / Twitter³⁶

Neste grupo, observou-se uma grande quantidade de *tweets* que fizeram associação menções e/ou ao espectro político do campo da esquerda. Este tipo de *tweet* correspondeu a 10,8% do total. No exemplo abaixo, o agressor fez uso do termo “extrema-imprensa”, acusando o jornalismo de assumir uma posição de extrema-esquerda.

Figura 29 – Exemplo de ataque que faz alusão à esquerda



Foto: Reprodução / Twitter³⁷

No último grupo, denominado “Outros ataques”, foram incluídas agressões mais generalizadas, como “reportagem porca” ou “jornal imundo”. Esta categoria foi responsável por 16,2% do total de ataques à imprensa.

³⁵ Disponível em: <https://twitter.com/MyCury/status/1227342050875629576> Acesso em 08 maio 2022.

³⁶ Disponível em: <https://twitter.com/telejota/status/1227365616719364097> Acesso em 08 maio 2022.

³⁷ Disponível em: https://twitter.com/BETO_GUERRA/status/1227329330730225673 Acesso em 08 maio 2022.

No gráfico abaixo, evidenciam-se os termos e expressões utilizados, com destaque para extrema imprensa, que apareceu duas vezes.

Figura 30 – Nuvem de palavras com os termos utilizados para atacar a imprensa ou o jornal *Folha de S. Paulo*



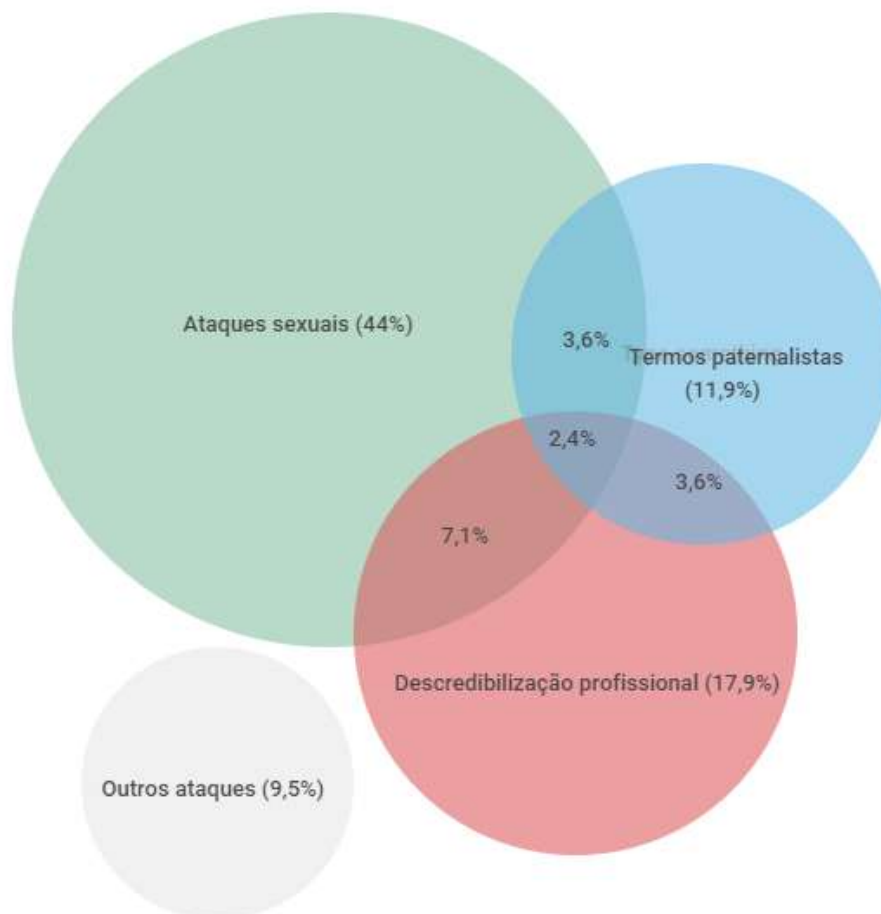
Fonte: Elaboração própria

4.2.3 Ataques à jornalista Patrícia Campos Mello

Dentro do grupo de ataques diretamente direcionados à Patrícia Campos Mello, foi possível realizar uma subcategorização, classificando as mensagens em quatro grupos: (1) ataques sexuais, (2) termos paternalistas³⁸, (3) descrédibilização profissional e (4) outros ataques. É importante ressaltar que uma mesma mensagem pôde ser classificada em mais de uma categoria, assim como alguns comentários não se encaixaram em nenhuma das três.

³⁸ “Termos paternalistas” é uma tradução livre para *condescending terms*, categoria elaborada por Rego (2018). Apesar de “paternalista” não expressar exatamente o mesmo que *condescending*, foi o termo em português encontrado com significado mais próximo.

Figura 31 – Gráfico com os tipos de ataques contra a jornalista Patrícia Campos Mello



Fonte: Elaboração própria

Os ataques sexuais foram os mais frequentes e apareceram sozinhos em 44% dos *tweets*. Em seguida, os ataques de descredibilização profissional ficaram em segundo lugar, aparecendo sozinhos em 17,9% do total deste grupo de *tweets*. Por fim, aparecem os ataques que fizeram uso de um termo paternalista. Este grupo representou, sozinho, 11,9% do total de *tweets*. Ataques que não se enquadraram em nenhuma das categorias representaram 9,5% do total.

Considerando os *tweets* que apresentaram mais de um tipo de ataque, os ataques sexuais e os termos paternalistas apareceram juntos em 3,6% dos *tweets*. Os ataques sexuais e os termos de descredibilização profissional estiveram presentes em 7,1% do total de mensagens. Já os termos paternalistas e os termos de descredibilização profissional apareceram juntos em 3,6% do total de ataques. *Tweets* que utilizaram os três tipos de ataque estiveram presentes em 2,4% do total. Abaixo, exemplos de ataques que foram considerados em cada uma das categorias:

Figura 32 – Exemplo de *tweet* considerado ataque sexual



Foto: Reprodução / Twitter³⁹

A maior parte dos ataques sexuais sugere que Patrícia havia tentado se prostituir para conseguir informações. A expressão “dar o furo” e suas variáveis, utilizada pelo presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores, foi mencionada 16 vezes.

Figura 33 – Exemplo de *tweet* que utilizou um termo paternalista



Foto: Reprodução / Twitter⁴⁰

Foram compreendidos como termos paternalistas nomes e/ou expressões, aparentemente gentis, mas que revelam um grau de superioridade e ironia. Foi o caso, por exemplo, de “fofa”, “keridinha” e “meu anjo”. No exemplo acima, além da expressão paternalista “meu anjo”, foi utilizada a expressão “dar o furo”, de maneira que a mensagem foi considerada também um ataque sexual.

Figura 34 – Exemplo de *tweet* de descredibilização profissional



Foto: Reprodução / Twitter⁴¹

³⁹ Disponível em: https://twitter.com/Fabi_Farias/status/1227317344596381696 Acesso em 08 maio 2022.

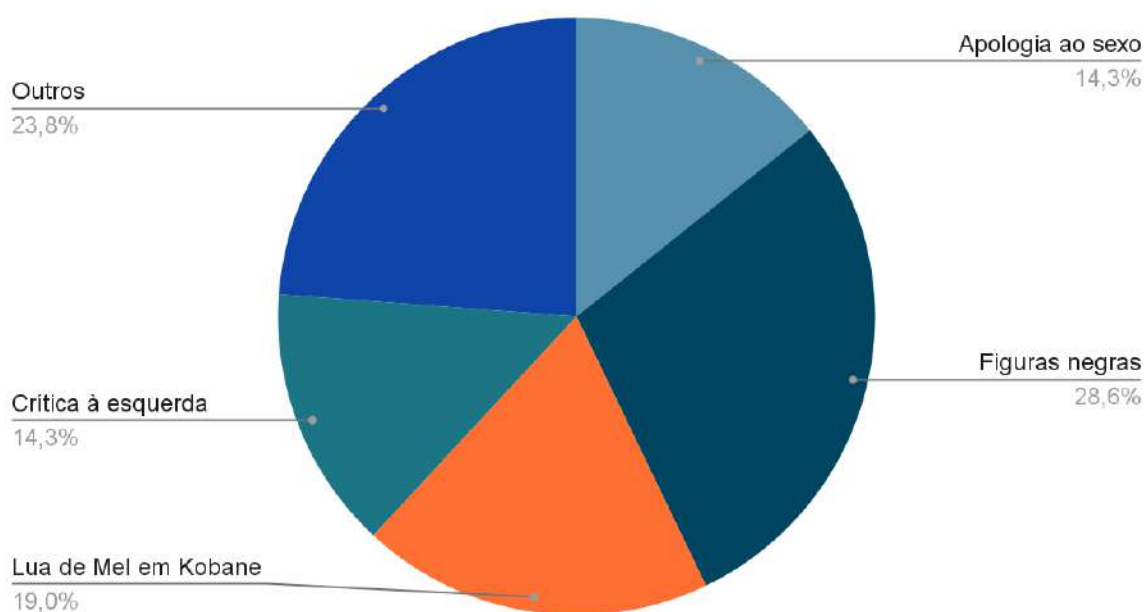
⁴⁰ Disponível em: <https://twitter.com/superaguia2000/status/1227321706626404352> Acesso em 08 maio 2022.

⁴¹ Disponível em: <https://twitter.com/brsemcomunas/status/1227322631260721157> Acesso em 08 maio 2022.

4.3.1 Imagens

Do total de mensagens, foram encontrados 26 *tweets* contendo conteúdo de mídia. Em cinco deles, porém, o link para visualização do conteúdo não estava disponível ou havia expirado, de maneira que, ao final, foram analisadas 21 imagens. Destas, destacamos cinco grandes grupos: imagens que realizaram apologia ao sexo (3 mensagens), figuras negras (6 mensagens), referências ao livro Lua de Mel em Kobane (4 mensagens), memes sobre a esquerda (3) e outros (4).

Figura 36 – Gráfico dos tweets com conteúdo de mídia



Fonte: Elaboração própria.

Figura 37 – Exemplo de *tweet* incluso na categoria Apologia ao sexo



Foto: Reprodução / Twitter⁴³

Este grupo de mensagem diz respeito aos memes que fizeram referência mais explícita à acusação de oferta de sexo em troca de informação. Ao utilizar este tipo de recurso, os autores sugerem que o sexo foi a moeda de troca utilizada por Patrícia Campos Mello para obter informações de sua reportagem.

Figura 38 – Exemplo de *tweet* incluso na categoria Figuras Negras



Foto: Reprodução / Twitter⁴⁴

Figura 39 – Exemplo de *tweet* incluso na categoria Figuras Negras



Foto: Reprodução / Twitter⁴⁵

⁴³ Disponível em: <https://twitter.com/ZilvaniC/status/1227375390794141696> Acesso em 08 maio 2022.

⁴⁴ Disponível em: <https://twitter.com/Mauroexotic/status/1227330095322406912> Acesso em 08 maio 2022.

⁴⁵ Disponível em: https://twitter.com/re_milch/status/1227323765568278530 Acesso em 08 maio 2022.

Este grupo de mensagem diz respeito às analogias realizadas entre o Hans River e outros homens negros, como o cantor norte-americano Lenny Kravitz e o “Negão do Zap”⁴⁶.

Figura 40 – Exemplo de *tweet* incluso na categoria Lua de Mel em Kobane

Tá, mas o que a gente quer saber é: Esse recado passa na perícia grafotécnica? É sua caligrafia?

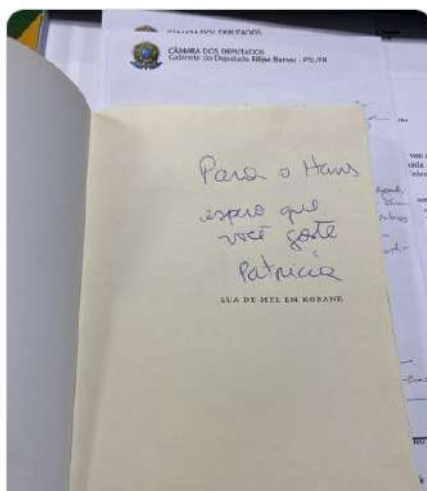


Foto: Reprodução / Twitter⁴⁷

Outra imagem, que apareceu mais de uma vez, foi a foto da folha de rosto do livro “Lua de Mel em Kobane”, de autoria de Patrícia Campos Mello, com uma suposta dedicatória a Hans. O ex-funcionário inclusive levou um exemplar do livro ao seu depoimento na CPMI das *Fake News* para mostrar aos deputados, no entanto, Patrícia Campos Mello negou que houvesse dado qualquer livro a ele, muito menos feito uma dedicatória (CAMPOS MELLO, 2020).

Figura 41 – Exemplo de *tweet* incluso na categoria memes sobre a esquerda

Em resposta a @camposmello



⁴⁶ “Negão no Zap” trata-se de uma figurinha que se tornou viral no aplicativo WhatsApp de um homem negro que teria um órgão sexual avantajado.

⁴⁷ Disponível em: <https://twitter.com/filipebarrost/status/1227302557841809408> Acesso em 08 maio 2022.

Foto: Reprodução / Twitter⁴⁸

Esta categoria concentrou as imagens que fizeram a acusação de que Patrícia estivesse tomando uma perspectiva político-partidária, ligada ao campo da esquerda, em seu trabalho jornalístico, especialmente em detrimento do Partido dos Trabalhadores (PT).

4.3.2 *Hashtags*

Ao contrário do que era esperado antes da coleta dos dados, apenas 8 mensagens do total da amostra fizeram uso de *hashtags*, que corresponde a 2,9% do total. As *hashtags* mencionadas foram: #JuntosComWeintraub, #QuemMandouOPorteiroMentir, #FolhaLixo, #extremaimprensamentirosa, #ciladabino e #furo. Fora a primeira delas #JuntosComWeintraub, que apareceu três vezes, as demais apareceram apenas uma vez.

O dia da coleta das mensagens do Twitter, 11 de fevereiro de 2020, foi também quando o ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub foi ao Senado para se explicar sobre os erros do Exame Nacional do Ensino Médio (MARTINS, 2020). Nas redes sociais, apoiadores do governo subiram a hashtag #JuntosComWeintraub e, por isso, acredita-se que ela tenha aparecido nos ataques.

Em síntese, os resultados mostraram que a maior parte dos *tweets* coletados eram ataques contra a jornalista Patrícia Campos Mello, contra o jornal *Folha de S. Paulo* e/ou contra a imprensa de modo geral. A maioria das mensagens também reproduziu o discurso apresentado por Hans River na CPMI das *Fake News*, sugerindo que Patrícia havia oferecido sexo em troca de informação. Além disso, alguns *tweets* fizeram menção a outros atores sociais, tendo sido PT, Hans River, Patrícia Campos Mello, Jair Bolsonaro e *Folha de S. Paulo* os nomes mais presentes.

No que diz respeito aos ataques, Patrícia Campos Mello foi o principal alvo das mensagens, seguida pelo jornal *Folha de S. Paulo* ou a imprensa. Alguns *tweets* tiveram os dois como alvos. Dentre os ataques contra a imprensa, observou-se que a maior parte das mensagens sugeriu a manipulação das informações por parte dos jornais. Além disso, a *Folha de S. Paulo* foi o principal veículo atacado, mas não o único, uma vez que houve menções ao site *The Intercept Brasil*.

Entre os ataques contra a jornalista Patrícia Campos Mello, os ataques sexuais predominaram, seguidos dos termos de desqualificação profissional e dos termos paternalistas.

⁴⁸ Disponível em: <https://twitter.com/suzanaregina17/status/1227316851170009089> Acesso em 08 maio 2022.

Considerando o total de ataques que fizeram uso de atributos de gênero para ofender a jornalista, este grupo foi responsável por 72,6% dos ataques à repórter.

Na análise temática das imagens foi possível observar quatro grandes grupos: as imagens que fazem apologia ao sexo, imagens que utilizam figuras negras, referências ao livro *Lua de Mel em Kobane*, memes sobre a esquerda e outras imagens. As *hashtags*, por outro lado, não apareceram de maneira expressiva, com exceção da *tag* #JuntosComWeintraub, mostrando solidariedade ao então Ministro da Educação.

4.4. VIOLÊNCIA DE GÊNERO E NARRATIVAS DE DESINFORMAÇÃO

A partir dos resultados apresentados, foi possível identificar algumas narrativas que predominaram nos ataques, utilizadas para descredibilizar a imprensa e atacar a jornalista Patrícia Campos Mello. Nesta seção, buscou-se discutir como os *tweets* promoveram a narrativa dos jornais como produtores de notícias falsas, atreladas a uma retórica de construção de Jair Bolsonaro como vítima atacada pelo PT. Além disso, também foram explorados os estigmas de gênero e raça atribuídos à Patrícia Campos Mello e a Hans River do Nascimento. Por fim, são feitas algumas reflexões a respeito do funcionamento das plataformas de mídia social como intensificadoras de atos de violência digital.

4.4.1 Jornais como produtores de *Fake News*

Como apontado por Bennett e Livingston (2018), o jornalismo de diversas nações enfrenta acusações de publicarem “notícias falsas” ou são chamados de “imprensa mentirosa”, apesar de atuarem tentando corrigir a desinformação, ou reafirmando outras normas de decoro democrático. O argumento de que Campos Mello manipula e distorce informações em detrimento de intenções políticas apareceu em 47,4% do total de ataques direcionados diretamente ao jornal *Folha de S. Paulo* ou à imprensa. Esta narrativa está ligada a uma distorção do conceito de *fake news* por parte de governos populistas e grupos de extrema-direita que associam os veículos de imprensa como responsáveis por plantar notícias falsas com vistas a obter interesses político-partidários e/ou econômicos.

Esta tática foi utilizada incansáveis vezes pelo ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump que insistiu em se referir aos grandes grupos midiáticos por *fake news* (BELL, 2019) e também abertamente pelo presidente Jair Bolsonaro (PODER 360, 2021). Após a publicação de uma reportagem da *Folha de S. Paulo* desfavorável a Bolsonaro, o presidente chegou a incentivar leitores a boicotarem o jornal:

Eu não quero ler a *Folha* mais. E ponto-final. E nenhum ministro meu. Recomendo a todo Brasil aqui que não compre o jornal *Folha de São Paulo*. Até eles aprenderem que tem uma passagem bíblica, a João 8:32 [E conhecerão a verdade, a verdade os libertará]. A imprensa tem a obrigação de publicar a verdade. Só isso. E os anunciantes que anunciam na *Folha* também (CAMPOS MELLO, 2020, p. 174)

Buscando acusar a imprensa de manipular as informações, houve menções expressivas ao site *The Intercept Brasil* e a seu fundador, o jornalista Glenn Greenwald, muitas vezes identificado como “VerdeValdo”. Nas mensagens em que estes atores estiveram presentes, os usuários compararam a atuação de Greenwald durante a exposição da série de reportagens “Vaza-jato” (GREENWALD; REED; DEMORI, 2019) – considerada por eles como forjadas – à atuação de Patrícia Campos Mello com a publicação da série de reportagens sobre o financiamento de empresas de disparo de mensagens em massa durante as eleições presidenciais de 2018.

Figura 42 – Exemplo de *tweet* que menciona o *The Intercept*



Foto: Reprodução / Twitter⁴⁹

Outro recurso adotado para respaldar o argumento da “mídia *fake news*” foi a comparação entre Patrícia Campos Mello e Patrícia Lélis. Esta última acusou o pastor Marcos Feliciano de tentativa de assédio sexual e o deputado Eduardo Bolsonaro de agressão, no entanto, um laudo psicológico indica que ela seria mitomaníaca (THOMAZ, 2016), assim como um relatório da Polícia Civil do Distrito Federal apontou que Lélis forjou a agressão (SCHUQUEL, 2021). Os autores dos *tweets* propõem que da mesma maneira que Patrícia Lélis teria mentido ao acusar Feliciano e Bolsonaro, Campo Mello também teria o feito para acusar Jair Bolsonaro.

Figura 43 – Exemplo de *tweet* que compara Lélis com Campos Mello



⁴⁹ Disponível em: <https://twitter.com/gastaofn/status/1227340258590760960> Acesso em 08 maio 2022.

Foto: Reprodução / Twitter⁵⁰

A narrativa dos jornais como produtores de *fake news* ganha adesão porque há consenso entre a população de que a desinformação é um problema social, no entanto, não há clareza por parte do senso comum de como exatamente este fenômeno se manifesta. Desta forma, há uma boa receptividade do discurso que identifica um “vilão” na história e, com isso, as *fake news* passam a ser compreendidas como qualquer reportagem desfavorável ao seu alvo.

Tendo em vista que quase 90% dos ataques reproduziram a versão do depoimento de Hans River, fica evidente que a estratégia de enquadrar o jornalismo tradicional como produtor de notícias falsas também busca validar outros canais de informação, como veículos alternativos bolsonaristas, redes sociais do presidente, entre outros. Há uma guerra narrativa tanto entre as informações quanto em torno do próprio conceito de *fake news*.

A retórica de Bolsonaro, Trump e outros líderes populistas se sustenta devido ao simplismo de colocá-la em prática. A cada publicação de uma reportagem que evidencia contradições de seus governos, basta afirmar que se trata de mentira publicada pelos jornais, embora estes tenham apurado informações em fontes oficiais e evidências antes de publicar qualquer conteúdo noticioso.

4.4.2 “Tudo foi um grande plano para atacar Jair Bolsonaro” X Culpa do PT

Somado ao argumento dos jornais como produtores de *fake news*, as mensagens destacam uma narrativa conspiratória que põe o presidente Jair Bolsonaro como vítima de um suposto grande esquema para atacá-lo. O argumento assume um caráter maniqueísta, que coloca do outro lado deste grande esquema, o ex-presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores.

Chama atenção o fato de que o PT, partido que não está no centro da discussão da CPMI das *Fake News*, seja o ator social mais mencionado nas mensagens. Na maioria das vezes, o nome do partido apareceu quando o autor da mensagem buscava sugerir que Patrícia tinha alguma relação partidária. Isso também ocorreu quando foram mencionados termos como “Esquerda” e “Comunismo”. Os *tweets* acusam Patrícia de forjar informações e se prostituir em benefício do PT, como pôde ser observado na publicação abaixo:

⁵⁰ Disponível em: <https://twitter.com/mayrannealmeida/status/1227327169921257474> Acesso em 08 maio 2022.

Figura 44 – Exemplo de *tweet* que menciona o PT



Foto: Reprodução / Twitter⁵¹

Para entender o uso deste discurso, podemos recorrer ao trabalho de Vaz, Sanchotene e Santos (2020) que discute como as eleições presidenciais de 2018 foram marcadas pela disputa pelo lugar de vítima. De acordo com os autores, a campanha de Bolsonaro centrou-se em combater determinados crimes compreendidos como explicadores da crise econômica, da insegurança e, conseqüentemente, violadores da família tradicional brasileira.

Um dos principais exemplos foi o combate à corrupção, um crime de colarinho branco que, durante as eleições de 2018, passou a ser vinculado a uma dimensão de violência (VAZ *et al.*, 2020). Outro foco foi à oposição a políticas em favor das minorias identitárias, em especial, ao público LGBT, pois, de acordo com a retórica da campanha de Bolsonaro, seriam promotoras de imoralidade e apresentariam uma ameaça à família. Os autores argumentam que para instituir as “verdadeiras vítimas”,

também foram construídos por negação os antagonistas a serem combatidos. Em primeiro lugar, o PT, constituído como mal maior e origem de todas as outras mazelas. Em seguida, professores mal-intencionados, universitários, manifestantes de esquerda, feministas, comunistas etc. (VAZ *et al.*, 2020, p. 358).

Os antagonistas a serem combatidos permaneceram presentes no discurso do presidente após eleito, tendo a imprensa assumido um lugar central. Segundo um levantamento da *Agência Lupa*, Bolsonaro atacou jornalistas e a imprensa em 86% das *lives* realizadas ao longo do ano de 2021 (AFONSO, 2021). E o PT se manteve como pano de fundo da origem de todo o esquema que ameaça a integridade do líder que apenas defende a moral e os bons costumes.

Ironicamente, a *Folha de S.Paulo*, assim como outros grandes veículos de imprensa frequentemente atacados pelo presidente e seus apoiadores, foi alvo de sucessivas críticas durante os governos do PT. Campos Mello (2020, p. 183) também chama atenção a esta contradição:

Às pessoas que consideram a *Folha* esquerdista, lembro que foi ela que publicou a reportagem sobre o escândalo do mensalão no governo Lula, revelado pela jornalista Renata Lo Prete. O caso do sítio de Atibaia ligado a Lula, também foi um furo de reportagem do

⁵¹ Disponível em: <https://twitter.com/leorodr10108615/status/1227318902604140550> Acesso em 15 maio 2022.

repórter Flávio Ferreira, assim como o escândalo da consultoria do ex-ministro Antonio Palocci, investigado por Cátia Seabra.

Ao discurso sem fundamento que coloca a imprensa tradicional como defensora do PT, resta compreender a adoção de uma postura típica do conservadorismo populista. Mudde e Kaltwasser (2017) definem o populismo como a ideologia que contrapõe um povo inocente e puro, de um lado, e uma elite corrupta de outro. “Nessa ideologia, o líder deve ser construído como alguém fora do sistema, fora da elite e em luta contra ela” (VAZ, SANCHOTENE, SANTOS, 2020, p. 349). Constituído como *outsider*, Bolsonaro se coloca como vítima do sistema que estruturalmente beneficia seus opositores e, por consequência, vítima também das instituições que desempenham qualquer papel contrário ao seu governo.

4.4.3 ‘Ela queria dar o furo’: machismo e misoginia nos ataques

A narrativa que mais chama atenção, porém, é o argumento de que Patrícia havia se oferecido sexualmente em troca de informações. Como vimos, 89,4% dos ataques analisados reproduziram a versão apresentada por Hans River da CPMI das *Fake News*. Das mensagens diretamente direcionadas à repórter, ataques sexuais apareceram sozinhos em 44% e estiveram presentes em 57% das mensagens contra a jornalista no total.

Para atingir a jornalista, os agressores fazem uso de expressões muito violentas e explícitas, como “dar a xereca pro cara”, “xerecard” e “dar o furo”. Esta última e suas variações apareceram 16 vezes nos 48 ataques sexuais, ou seja, em 25% das mensagens que continham este tipo de ataque. Uma vez que foi cunhada pela primeira vez pelo próprio presidente Jair Bolsonaro, fica evidente o papel de agentes do Estado como promotores de ataques contra mulheres jornalistas, que são reverberados nas redes sociais. Além disso, para agravar o tom apelativo dos comentários, ou talvez buscar torná-los mais “inofensivos”, os agressores se valem de imagens, memes e figurinhas que ridicularizam a situação:

Figura 45 – Exemplo de *tweet* que ridiculariza a situação



Foto: Reprodução / Twitter⁵²

O problema é que este tipo de prática ridiculariza uma situação baseada em uma estrutura de desigualdade de gênero e de violência contra a mulher. A narrativa se sustenta porque há uma crença em um duplo padrão sexual de que mulheres não devem falar abertamente sobre sua vida sexual, devem se preservar para o casamento e pensar em sexo a partir dos desejos masculinos. Pela lógica machista, mulheres que exercem sua sexualidade são consideradas promíscuas, vagabundas e sujas, então, tampouco há credibilidade no que dizem, pensam, escrevem e publicam. Ademais, este tipo de comportamento também abre espaço para legitimar outros tipos de violações contra as mulheres, fora do mundo “virtual”, como, por exemplo, a violência sexual.

Além dos ataques sexuais, em que o machismo esteve explicitamente presente, observou-se algumas outras narrativas que reproduziram também um discurso de subalternidade da mulher em relação ao homem. Entre os atores sociais mais mencionados, estiveram presentes os nomes de Patrícia e Hans, aparecendo quase sempre juntos. Em muitos comentários, os agressores sugeriram que Patrícia, ao ser rejeitada por Hans, iria buscar vingança.

⁵² Disponível em: https://twitter.com/meddeiros_fabio/status/1227325530501976065 Acesso em 08 maio 2022.

Figura 46 – Exemplo de *tweet* que menciona Patrícia e Hans na mesma mensagem

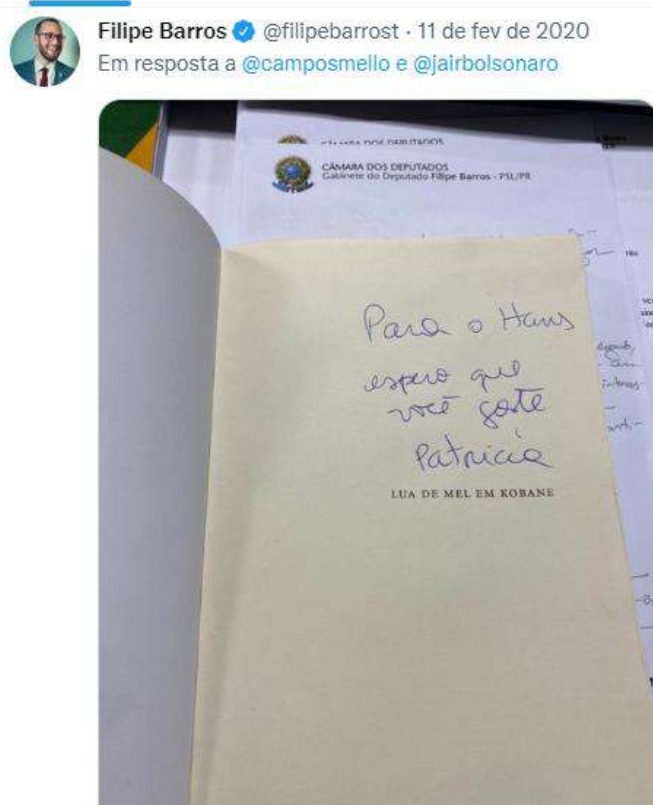


Foto: Reprodução / Twitter⁵³

Esta narrativa parte do princípio de que uma mulher nunca pode ser completa o suficiente se não estiver ao lado de um homem. A mulher “rejeitada” é considerada uma fracassada, uma perdedora, não é bonita ou boa o suficiente para manter um marido. Este argumento falocêntrico também abre espaço para a manutenção de relacionamentos abusivos, nos quais entende-se que uma mulher deve se sentir grata e feliz ao lado de um homem mesmo que ele a viole, a agrida e, em alguns casos, até tire sua vida.

A tese de Hans e Patrícia como um suposto casal também foi reforçada a partir dos recursos midiáticos. Não à toa, uma das categorias temáticas observadas entre as imagens foram as referências ao livro *Lua de Mel em Kobane*, de Campos Mello. Os comentários sugeriram que a suposta dedicatória seria uma declaração de amor de Patrícia a Hans. Somado a isso, algumas mensagens fizeram trocadilho com o nome “*Lua de Mel em Kobane*”, sugerindo que os dois estivessem em uma lua de mel.

⁵³ Disponível em: <https://twitter.com/ChampMargareth/status/1227355613803536384> Acesso em 08 maio 2022.

Figura 47 – Exemplo de *tweet* que menciona Patrícia e Hans na mesma mensagemFoto: Reprodução / Twitter⁵⁴

Em relação aos termos paternalistas, cabe destacar que denotam uma posição hierárquica inferior da mulher em relação ao homem. O uso de palavras no diminutivo e termos supostamente carinhosos repletos de ironia inferiorizam a jornalista, como é possível observar no exemplo abaixo:

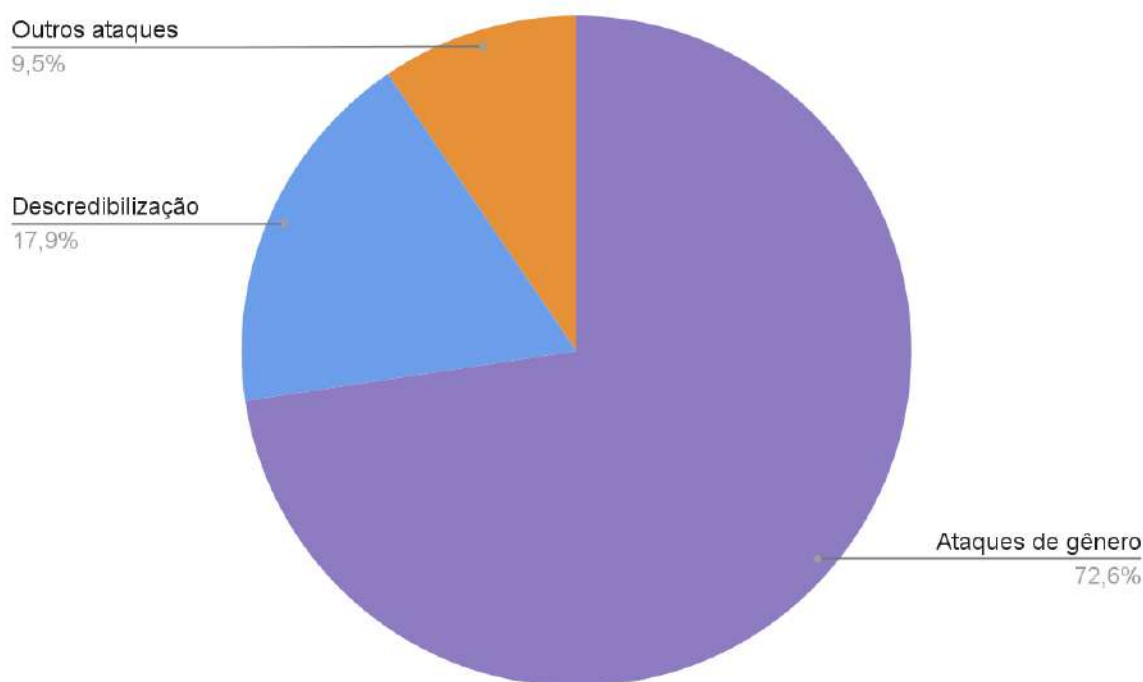
⁵⁴ Disponível em: <https://twitter.com/dimacgarcia/status/1227332436993990657> Acesso em 08 maio 2022.

Figura 48 – Exemplo de *tweet* que utiliza termo paternalista

Foto: Reprodução / Twitter⁵⁵

Para Chen et al. (2018), o foco em atributos sexuais ou na violação de padrões sociais de comportamento é característico do assédio de gênero. Considerando que tanto os ataques sexuais como os termos paternalistas utilizam atributos de gênero para ofender a jornalista, podemos classificar ambos os tipos de ataques em uma categoria maior, a dos ataques de gênero. Somando todos os *tweets* em que ataques sexuais e termos paternalistas estiveram presentes, juntos ou separados, incluindo aqueles em que também estiveram presentes os termos de descredibilização profissional, os ataques de gênero representaram 72,6% dos ataques contra Patrícia Campos Mello.

⁵⁵ Disponível em: <https://twitter.com/MsJacobsen/status/1227315562554023936> Acesso em 08 maio 2022.

Figura 49 – Gráfico com os ataques de gênero e outros ataques à jornalista

Fonte: Elaboração própria

Assim, os resultados desta pesquisa demonstram que embora mulheres jornalistas também sejam atacadas pelo exercício de sua profissão, como foi possível observar nos ataques que desqualificam a profissional, chamando-a de “comunista”, “petista” e “mentirosa”, o gênero foi responsável pela maior parte das agressões enfrentadas por Patrícia na amostra analisada. Isso revela a diferença crucial entre a violência experienciada por jornalistas homens e aquela experienciada por mulheres jornalistas.

Em outras palavras, a violência de gênero se manifesta nos ataques contra jornalistas como estratégia para estigmatizar as vítimas e dessa forma descredibilizá-las enquanto profissionais. Cabe ressaltar que este tipo de demonstração de violência se sustenta porque há anteriormente uma estrutura patriarcal hierarquizada que beneficia homens em detrimento das mulheres (SAFFIOTI, 2001), no entanto, a prática dos ataques digitais contra mulheres jornalistas também corrobora para a manutenção desta estrutura e de suas relações de poder.

4.4.4 Racismo recreativo

Outro ponto em destaque é a quantidade expressiva de comentários com conotações racistas direcionadas ao ex-funcionário da Yacows, Hans River do Nascimento. As mensagens com frequência fizeram menção a atores sociais que não tinham relação com as pessoas

envolvidas na CPMI, mas que supostamente se assemelhavam a Hans. Foi o caso de “Lenny Krevitz”, cantor norte-americano, e “Negão do WhatsApp”, utilizados mais de uma vez para se referir a Hans River, devido ao fato do ex-funcionário ser um homem negro.

Além da comparação simplista justificada pela cor da pele, os comentários também se basearam em estereótipos étnico-raciais. Se por um lado Patrícia é considerada promíscua por supostamente manter relações sexuais com fontes, por outro, o fato de Hans ser um homem negro o coloca em uma posição hipersexualizada.

Figura 50 – Exemplo 1 de tweet com racismo recreativo



Foto: Reprodução / Twitter⁵⁶

Figura 51 – Exemplo 2 de tweet com racismo recreativo



Foto: Reprodução / Twitter⁵⁷

Ainda que à primeira vista os comentários possam parecer inofensivos, o racismo nas mensagens se faz claro quando temos em mente os estigmas sociais atribuídos a pessoas negras. Segundo Moreira (2020), os estigmas sociais “cumpram uma função ideológica porque permitem a reprodução de relações assimétricas de poder” (MOREIRA, 2020, p. 62). À figura do homem negro associa-se com frequência o tamanho avantajado de seu órgão genitor, assim como homens asiáticos são associados ao tamanho reduzido. A ideia está implícita nos comentários a partir dos termos e expressões “a coisa preta” e “negão”, bem como na comparação entre Hans e o meme do “Negão do WhatsApp”, a figura de um homem negro que ficou popularizada pelo tamanho do seu pênis.

⁵⁶ Disponível em: <https://twitter.com/HerosFarley/status/1227309052708954112> Acesso em 15 maio 2022.

⁵⁷ Disponível em: <https://twitter.com/bethxerem/status/1227317981887242241> Acesso em 15 maio 2022.

Além dos atributos fisiológicos não serem regra para um grupo étnico-racial, a correlação entre homem negro e a ideia de virilidade e brutalidade revela uma herança cultural do sistema escravocrata no Brasil. Durante o período da escravatura, quando homens e mulheres negras trazidos da África ou já nascidos no país desempenhavam atividades braçais, como o trabalho nas lavouras de cana de açúcar, nas plantações de café, na mineração, entre outros. Pouco a pouco, esta parcela da população foi sendo associada às características do trabalho braçal, como dureza e resistência.

Embora os comentários possam ser vistos por muitos como parte de uma brincadeira, trazem à tona os sentidos negativos atribuídos a um grupo socialmente marginalizado. Podem ser classificados, portanto, como uma demonstração do racismo recreativo (MOREIRA, 2020): manifestações humorísticas aparentemente inofensivas, mas que revelam hostilidade racial e corroboram para perpetuação das relações raciais desiguais. Além disso, o fato de os comentários fazerem tanto o uso da misoginia para atacar Patrícia, quanto do racismo para atacar Hans, demonstra o comportamento típico dos *trolls* e a preferência por atingir minorias sociais, independentemente se, neste caso, Hans e Patrícia estavam em lados opostos.

4.4.5 Ataques em evidência, comportamento automatizado e viveiros de ódio

Os *tweets* considerados ataques corresponderam a 78,8% do total de mensagens analisadas, sendo 89,4% reprodutores do discurso apresentado por Hans River. Como a análise levou em consideração o critério de engajamento, os ataques não apenas prevaleceram dentro da amostra analisada, como também estiveram entre as publicações de maior evidência do total de *tweets* em resposta à Patrícia Campos Mello.

O algoritmo mediador do Twitter e de outras redes sociais é programado para otimizar os conteúdos com maior engajamento e direcioná-lo de acordo com a preferência de cada usuário (TUCKER et al, 2018). A cada curtida, compartilhamento, comentário ou qualquer tipo de interação *online*, o algoritmo mapeia as preferências de um usuário e passa a sugerir conteúdo semelhante a cada pessoa. Wardle e Derakhshan (2017) se referem a esta prática como *filter bubbles* ou bolhas de filtros, pois a mediação do conteúdo pelo algoritmo nas redes permite que “vivamos nas nossas próprias câmaras de eco *online*, deixando-nos apenas com as nossas opiniões que validem, em vez de desafiar as nossas próprias ideias⁵⁸” (WARDLE, DERAKHSHAN, 2017, p. 50, tradução nossa).

⁵⁸ No original: allowing us to live in our own online echo chambers and leaving us with only opinions that validate, rather than challenge, our own ideas.

Além disso, embora este trabalho não analise o aspecto de autoria, foi possível observar que muitos dos comentários apresentaram um comportamento típico de *bots*: apenas na amostra analisada, um mesmo autor foi observado publicando mais de um *tweet*, muitos usuários possuíam poucos seguidores e seguiam poucos perfis, não utilizavam fotos e os comentários apresentavam um conteúdo extremamente agressivo. Isso sugere uma tendência da atuação orquestrada e sistematizada nos ataques digitais contra Patrícia Campos Mello, como já foi observado em outros episódios de violência *online* contra jornalistas registrados em pesquisas anteriores (ITS, RSF, 2021).

Este funcionamento da plataforma, junto aos indícios da atuação da mídia programática, provoca enormes consequências no caso de linchamento virtuais. Se os ataques ficam mais visíveis que outros tipos de publicação, há uma maior exposição da vítima de violência. Recuero (2013) alerta para o risco de as interações em rede facilitarem a emergência de conflitos, uma vez que as ofensas *online* são mais públicas, replicáveis e abrangentes “Uma ofensa, assim, é potencializada pela própria rede e pela capacidade da rede de reproduzir o caso e amplificar seus efeitos para os envolvidos” (RECUERO, 2013, p. 65).

Por outro lado, devido à lógica das bolhas de filtro, ao ganhar repercussão nas redes, os ataques contra mulheres jornalistas ficam em evidência para aqueles usuários que já costumam consumir este tipo de conteúdo, sendo um mobilizador de novos atos de *trollagem*. Anjos (2019) argumenta que “os sites de redes sociais podem servir como verdadeiros ‘viveiros’ para o machismo, a homofobia, a crença na supremacia branca, entre outros” (ANJOS, 2019, p. 79). Embora possam ter sido incentivados por perfis falsos, a mediação algorítmica da plataforma evidencia os ataques, atraindo a atuação de perfis orgânicos destinados a destilar ódio nas redes sociais.

Chama a atenção que o ápice do episódio vivenciado por Patrícia Campos Mello ocorreu há mais de dois anos da elaboração deste trabalho e, mesmo assim, praticamente toda a totalidade dos ataques dirigidos à repórter permanecem públicos no Twitter. A manutenção dos comentários na plataforma tornou-se ainda mais grave após as decisões da Justiça que condenaram o presidente Jair Bolsonaro, o deputado federal Eduardo Bolsonaro e o deputado estadual André Fernandes (COURA, 2022). No caso de Fernandes, há inclusive um *tweet* do próprio deputado que permanece intacto na plataforma.

Isso abre uma discussão sobre o papel desempenhado pelas redes sociais digitais em relação aos ataques publicados contra mulheres jornalistas. De maneira geral, observa-se uma atuação conivente das empresas de mídia social em relação a publicação de conteúdo abusivo. Apesar da maior parte delas permitir que um comentário ou um usuário sejam denunciados, em

um estudo que ouviu comunicadoras e jornalistas de diversos países (POSSETI et al, 2021), a experiência mais comum relatada foi que as plataformas frequentemente ignoravam ou rejeitavam seus pedidos de exclusão de conteúdo ou contas ofensivas.

Há uma falta de transparência e clareza de como essa intermediação é feita pelas empresas de redes sociais. Nesse sentido, a Abraji recomenda que “as plataformas digitais definam políticas e procedimentos mais eficazes para detectar e penalizar os infratores reincidentes e impedir que os mesmos agressores assumam novas identidades online após serem suspensos” (ABRAJI, 2022, p.7). Tucker et al (2018) sugere que o Twitter, por exemplo, seja mais rigoroso ao cadastrar novos usuários, pois, diferentemente do Facebook, que desde sempre incentivou revelar seu nome real, localização, entre outros dados pessoais, nos primórdios do Twitter, a plataforma incentiva seu uso sob um apelido e exigia apenas informações mínimas sobre seus usuários, o que a fez ficar vulnerável à proliferação de perfis falsos.

Cobrar uma atuação rigorosa das empresas de mídia social torna-se um passo fundamental para romper com o ciclo de violência que se dá nos “viveiros de ódio”. Essas, aliadas a outras medidas de prevenção, são necessárias para o enfrentamento à violência digital contra mulheres jornalistas.

A amostra de *tweets* analisados a partir do estudo de caso do episódio vivenciado pela jornalista Patrícia Campos Mello evidenciou algumas narrativas ligadas ao universo da desinformação e da violência contra a mulher. Os agressores propõem que a imprensa tradicional seria a responsável pela produção de notícias falsas, como estratégia de desqualificar o jornalismo profissional e de validar outros canais alternativos (muitas vezes bolsonaristas) de informação. Os *tweets* também destacaram uma narrativa conspiracionista em defesa do presidente Jair Bolsonaro que o coloca como vítima de um grande esquema promovido pela imprensa e pela esquerda em defesa do Partido dos Trabalhadores.

Em paralelo, os agressores atacam Patrícia por diversas formas: a desqualificam profissionalmente, a tratam como objeto sexual e utilizam uma linguagem paternalista para se dirigir a ela. As táticas que têm como base a questão de gênero foram predominantes, de maneira que, este aspecto diferencia substancialmente o tratamento destinado a jornalistas homens daquele dirigido a mulheres jornalistas.

Da mesma maneira que Patrícia foi estigmatizada como promíscua por ser uma mulher, os agressores promoveram comentários racistas, sob a forma do racismo recreativo, quando compararam Hans River com outros homens negros. Fica evidente, portanto, que o racismo,

assim como outras opressões, atravessa o discurso dos ataques digitais, mesmo contra uma pessoa que está do mesmo lado que os agressores.

A mediação algorítmica das plataformas de mídia social, somada aos altos índices de automação e ao agravamento da circulação de desinformação nas redes criam um cenário favorável à reprodução de episódios de violência digital contra mulheres jornalistas. Para romper com o ciclo, é preciso aprimorar os canais de denúncia de usuários que promovem conteúdo agressivo e pensar em mecanismos rigorosos para varrer os perfis falsos já existentes e evitar a criação de novos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A parte mais fácil é lidar com o impacto da violência *online* e da desinformação sobre mim. Eu apenas vejo o impacto no mundo e não sei por que não estamos entrando em pânico”⁵⁹ (POSETTI et al, 2021). A frase da jornalista filipino-americana Maria Ressa resume bem o ponto-chave deste trabalho: violência digital contra mulheres jornalistas, associada à ofensiva de desinformação, apresenta um risco não apenas para as profissionais, mas para o exercício da profissão como um todo e, conseqüentemente, atinge os direitos de liberdade de expressão e de acesso à informação, garantidos pela Constituição.

A partir de um estudo de caso aprofundado, este trabalho propôs investigar a violência digital contra mulheres jornalistas, relacionando este fenômeno com as narrativas de desinformação. A pesquisa partiu da hipótese de que a condição de gênero das profissionais foi utilizada de maneira estratégica nos ataques *online* para atingi-las enquanto mulheres e jornalistas, buscando a reprodução de um sistema que se baseia em relações de exploração-dominância entre o homem e a mulher e, ao mesmo tempo, sobrepondo narrativas de desinformação para interferir em processos políticos.

No segundo capítulo, vimos que o surgimento das redes sociais digitais, inicialmente concebidas para se tornarem um espaço de prosperidade e de expansão de processos democráticos, acabou se tornando um facilitador de desinformação, aqui entendida como ações que buscam falsear informações para atingir objetivos políticos. Este processo esteve diretamente ligado à ascensão de líderes populistas de extrema direita pelo mundo que, para respaldar suas narrativas, precisavam atacar a imprensa e seus profissionais. Assim, não apenas tendo que lutar contra a maré de desinformação, os jornalistas passaram a ser alvos de *trolls* e linchamentos virtuais que buscam impedir o exercício da profissão.

Diante deste cenário alarmante, as mulheres jornalistas se tornaram especialmente mais vulneráveis, uma vez que os ataques *online* direcionados a elas se baseiam na condição de gênero para atingi-las e as desqualificam enquanto profissionais. Ainda no segundo capítulo, abordamos a perspectiva conceitual-teórica da violência de gênero, a partir de autoras como Saffioti (2001), Segato (2003), Crenshaw (1981) e Ribeiro (2016), entendendo que a opressão de gênero se manifesta de diferentes maneiras, de acordo com as condições de raça, classe, etnia, sexualidade, entre outros. Ainda nesta seção, foi feito um esforço para definir a violência contra mulheres jornalistas como um fenômeno que leva em consideração tanto a questão de

⁵⁹ No original: The easiest part is dealing with the impact of online violence and disinformation on me. I just see the impact on the world, and I don't know why we're not panicking.

gênero, mas também é motivado pelo tema da cobertura noticiosa, de maneira que pode ser entendida também como uma espécie de violência política.

Assim, a última seção do segundo capítulo foi dedicada especialmente a violência digital contra mulheres jornalistas, na qual o conceito de assédio de gênero foi definido, além de termos explicitado um exemplo prático de como a misoginia se manifesta nas agressões a mulheres jornalistas. Além disso, discutimos as razões para o aumento deste tipo de violência e as consequências psicológicas e profissionais que os ataques *online* provocam na vida das jornalistas.

O terceiro capítulo contextualizou todo o histórico das publicações feitas pela jornalista Patrícia Campos Mello, da *Folha de S. Paulo*, a instauração da CPMI das *Fake News*, o depoimento de Hans River do Nascimento e as declarações de Eduardo e Jair Bolsonaro, que culminaram em uma série de ataques contra a jornalista Patrícia Campos Mello em suas redes sociais. Em seguida, os passos metodológicos foram explicitados, incluindo a elaboração das questões investigativas que nortearam a categorização dos *tweets* analisados.

O quarto capítulo apresentou os resultados da pesquisa, divididos em três seções. Nos aspectos gerais, foi observado que a maior parte dos *tweets* da amostra eram ataques e reproduziram a versão do depoimento de Hans River. A seção dedicada aos ataques propôs subcategorias das agressões dirigidas à Patrícia Campos Mello e à imprensa. O conteúdo temático das imagens também auxiliou na identificação das principais narrativas de desinformação presentes nos ataques. As *hashtags*, surpreendentemente, não tiveram tanta expressão como havíamos imaginado.

Tendo em vista os resultados encontrados, pode-se considerar que tanto o objetivo geral quanto os objetivos específicos estabelecidos foram alcançados, assim como a hipótese elaborada ao início da pesquisa foi confirmada. Os ataques de gênero representaram mais de 70% da amostra de *tweets* analisados, sendo a maior parte deles os chamados ataques sexuais. No caso dos ataques à imprensa, a narrativa de manipulação e edição das informações foi predominante, de maneira que os agressores propõem que o jornalismo tradicional seja o produtor das *fake news*.

Além do machismo e da misoginia nos ataques contra Patrícia Campos Mello, os agressores fizeram uso de estigmas raciais para atacar Hans River do Nascimento. A prática evidencia a preferência de *trolls* por atacar minorias identitárias, mesmo que, neste caso, seja contra um “aliado”.

Também vimos que estas narrativas articularam a ideia de que a imprensa estaria atuando em prol do Partido dos Trabalhadores, buscando atingir Jair Bolsonaro. Esse discurso

conspiracionista, por sua vez, está ligado à estratégia de disputar o lugar de vítima, utilizada pelo presidente desde a campanha eleitoral de 2018. Dessa forma, assim como outras demonstrações de violência contra mulheres jornalistas mundo afora, há um papel central dos governantes como promotores dos ataques digitais.

O funcionamento das plataformas de mídia social e o aumento da presença de *trolls* e *bots* nas redes sociais apontam para um cenário cada vez mais favorável à proliferação de desinformação e de episódios de ataques *online* massivos contra mulheres jornalistas. Romper com este ciclo de violência requer intervenções em diversas esferas, entre elas a cobrança de respostas das empresas de mídia social que vêm se mostrando coniventes a tais episódios de violência. Este aspecto poderá ser melhor explorado em pesquisas posteriores, buscando entender detalhadamente a forma como estes ataques atuam de maneira orquestrada e automatizada, a partir da atuação capilarizada em uma diversidade de sites, blogs, canais no Youtube e diversas plataformas na internet.

Por ora, este trabalho cumpre o papel de chamar atenção da academia, dos veículos de comunicação, das organizações em defesa da liberdade de expressão, de governantes e da categoria jornalística, da gravidade de um fenômeno que vem se expandindo e se alastrando pelas redes. Em uma “era da desinformação”, como cunham Bennett e Livingston (2020), os ataques digitais contra mulheres jornalistas representam um risco real à sobrevivência do jornalismo e da liberdade de imprensa.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

6.1. LIVROS, ARTIGOS E RELATÓRIOS

ANJOS, Júlia. **Megeras (in)domadas: discurso de ódio antifeminista nas redes sociais**. Rio de Janeiro, 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO (ABRAJI), GÊNERO E NÚMERO (GN). **Mulheres no Jornalismo Brasileiro**. ABRAJI, GN, 2017. Disponível em: https://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO (ABRAJI). **Violência de gênero contra jornalistas: dados sobre ataques com viés de gênero e casos que vitimaram mulheres no Brasil em 2021**. ABRAJI, 2022. Disponível em: <https://abraji.org.br/publicacoes/relatorio-violencia-de-genero-contra-jornalistas>. Acesso em: 22 mar 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 2007.

BENNETT, W. L., LIVINGSTON, S. The disinformation order: Disruptive communication and the decline of democratic institutions. **European Journal of Communication**, v. 33, n. 2, 2018, p. 122-139.

BENNETT, W. L.; LIVINGSTON, S. (Org.). **The disinformation age: politics, technology, and disruptive communication in the United States**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2020. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/product/identifler/9781108914628/type/book>. Acesso em: 06 jul. 2022.

BRASIL. Decreto 1.973, DE 1o DE AGOSTO DE 1996. **Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994**. Brasília, 1o de agosto de 1996; 175o da Independência e 108o da República.

BRITO, V. P.; PINHEIRO, M. M. K. **Poder informacional e desinformação**. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v. 8, n. 2, p. GT5-2, 2015. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/19439>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

CAMPOS MELLO, P. **A Máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

CARVALHO, F. M.; MOTERANI, Geisa Maria Batista. **Misoginia: a violência contra a mulher numa visão histórica e psicanalítica**. *Avesso do avesso*, v. 14, n. 14, p. 167- 178, novembro 2016.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 11a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CHEN, G.; PAIN, P.; CHEN, V.; MEKELBURG, M.; SPRINGER, N.; TROGER, F. ‘You really have to have a thick skin’. **Journalism**, v. 21, n. 7, 2018, p. 877-895.

_____. **Women journalists and online harassment**. Texas, EUA: Center for Media Engagement: Abril, 2018. Disponível em: <https://mediaengagement.org/research/women-journalists> Acesso em: 20 out 2021.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS (CIDH). **Mujeres periodistas y libertad de expresión**. CIDH, 2018.

COMUNICACIÓN E INFORMACIÓN DE LA MUJER, AC (CIMAC). **Informe diagnóstico: Violencia contra las mujeres periodistas en México 2010-2011**. Cidade do México: CIMAC, 2012.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. University of Chicago Legal Forum, 1989. Disponível em: <<https://philpapers.org/archive/CREDTI.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

ENGEL BRONOSKY, M., O. RIOS, A. **Violência contra jornalistas, ameaça à sociedade. Revista Mosaico, Violência política: as múltiplas faces do Estado e as suas formas de agressão**, v. 11, n. 17, p. 48-63, 2019.

WARDLE, C., DERAKSHAN, H. **Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking**. Council of Europe report, 2017.

EVERBACH, T. “I realized it was about them... not me”: Women sports journalists and harassment. *In: EVERBACH, T., RYAN VICKERY, J. Mediating misogyny: Gender, Technology and Harassment*. Denton, EUA: Palgrave Macmillan, 2018, p. 131-149.

FRUTOS, R. **Mujeres periodistas: violencia aumentada. Infoamérica Revista Iberoamericana de Comunicación**: n. 10, p. 69-84, 2016. Disponível em: <https://www.infoamerica.org/icr/n10/frutos.pdf> Acesso: 14 jan. 2021.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2019**. Brasília, 2020.

_____. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2020**. Brasília, 2021.

_____. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2021**. Brasília, 2022.

FALLIS, D. What is disinformation?. [S.l.], v. 63, n. 3, p. 401-426 2015. **Library Trends**. Disponível em: <<https://doi.org/10.1353/lib.2015.0014>>. Acesso em: 8 abr. 2018.

FERRARA, E.; VAROL, O.; DAVIS, C.; MENCZER, F.; FLAMMINI, A. **The rise of social bots**. In: *Communications of the ACM*, v. 59, n. 2, 2016.

FERRIER, M.; GARUD-PATKAR, N. **TrollBusters: Fighting online harassment of women journalists**. *In: EVERBACH, T., RYAN VICKERY, J. Mediating misogyny: Gender, Technology and Harassment*. Denton, EUA: Palgrave Macmillan, 2018, p. 311-332.

GONZALEZ, L. **Mulher negra. Mulherio**. São Paulo, ano 1, nº 3, 1981, p. 4.

HERRING, S.C. **Computer-Mediated Communication on the Internet**. *Annual Review of Information Science and Technology*. p. 109-168, 2002.

INTERNATIONAL WOMEN’S MEDIA FOUNDATION (IWMF), INTERNATIONAL NEWS SAFETY INSTITUTE (INSI). **Violence and harassment against women in the news media: a global picture**. Londres: IWMF, INSI; 2014.

INTERNATIONAL WOMEN'S MEDIA FOUNDATION (IWMF), TROLL BUSTERS. **Attacks and Harassment. The Impact on Female Journalists and Their Reporting.** Londres: IWMF, TROLL BUSTERS, 2018.

KOIRALA, S. Female journalists' experience of online harassment: A case study of Nepal. **Media and Communication**, v. 8, n. 1, 2020, p. 47-56.

KILOMBA, Grada. "The Mask". Trad. Jessica Oliveira de Jesus. *In: Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism.* Münster: Unrast Verlag, 2. Edição, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/clt/article/download/115286/112968/0>. Acesso em: xxx

MANTILLA, K. **Gender trolling. How misogyny went viral.** ABC-CLIO, LLC, California, EUA, 2015. Versão Kindle.

MARWICK, A.; LEWIS, R. **Media Manipulation and Disinformation Online.** Relatório Online: Data & Society Institute, 2017. Disponível em: https://datasociety.net/wp-content/uploads/2017/05/DataAndSociety_MediaManipulationAndDisinformationOnline-1.pdf Acesso em 21 out 2021.

MILLER, K. C.; LEWIS, S. C. Journalists, harassment, and emotional labor: The case of women in on-air roles at US local television stations. **Journalism**, 2020, p. 1-19.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOREIRA, A. **Racismo Recreativo.** São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

MUDDE, C; KALTWASSER, C. R. **Populism: a very short introduction.** Nova York: Oxford University Press, 2017.

POSSETI, J; SHABBIR, N; MAYNARD, D; BONTCHEVA, K; ABOULEZ, N. **The Chilling: Global trends in online violence against women journalists.** Research discussion paper. Unesco, 2021. Disponível em <<https://en.unesco.org/sites/default/files/the-chilling.pdf>>.

RAMOS, D. O. Origens da misoginia online e violência digital contra jornalistas mulheres. **Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, XVIII, 2020**, Anais. Evento Online, 2020, p. 1-14.

RECUERO, Raquel. Atos de ameaça a face e a conversação em redes sociais na Internet. *In: PRIMO, Alex. (Org.). Interações em Rede.* Porto Alegre: Sulina, 2013. p. 51-70.

REGO, A. R.; BARBOSA, M. **A construção intencional da ignorância: o mercado das informações falsas.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

REGO, R. Changing Forms and Platforms of Misogyny: Sexual Harassment of Women Journalists on Twitter. **Media Watch Journal:** v. 9, n. 3, p. 472-485, 2018.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS (RSF), INSTITUTO DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE DO RIO (ITS). **Ataques ao jornalismo se alastram nas redes.** RSF, ITS, 2021. Disponível em: https://rsf.org/sites/default/files/relatorio_ataqueaojornalismo_rsf_3.pdf Acesso em: 20 out 2021.

REPORTERS WITHOUT BORDERS. **Online Harassment of Journalists: the trolls attacks.** RSF, 2018. Disponível em: https://rsf.org/sites/default/files/rsf_report_on_online_harassment.pdf Acesso em: 20 out 2021.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório - uma perspectiva brasileira. *In: SUR 24* - v. 13, n. 24 - pp. 99-104, 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/9-sur-24-podjamila-ribeiro.pdf>.

ROYEN, K. V., POELS, K., VANDEBOSCH, H., WALRAVE, M. Slut-Shaming 2.0. *In: AUTOR Sexting palgrave studies in cyberpsychology*. Palgrave Macmillan, Cham: 2018, p. 81-98.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 115-136, 2001.

SANTINI, M., AGOSTINI, L. et al. Software power as soft power: A literature review on computational propaganda effects in public opinion and political process. *Partecipazione e Conflitto*, 2018, p. 332-360.

SANTINI, M., SALLES, D., TUCCI, G. When machine behavior targets future voters: the use of social bots to test narratives for political campaigns in Brazil. *International Journal of Communication* v. 15, 2021, p. 1220–1243.

SANTOS, J. G. B. et al. Das milícias digitais ao comportamento coordenado: métodos interdisciplinares de análise e identificação de bots nas eleições brasileiras. *In: Brazilian Workshop on Social Network Analysis and Mining (Brsnam)*. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021, p. 187-192.

SAVA, P. S. *Web Crawler de informações do Twitter para persistência em banco de dados*. Projeto Final de Graduação, Curso Engenharia de Computação, Orientador: Sérgio Lifschitz, Departamento de Informática, PUC-Rio, 2016.

SEGATO, R. L. *Las Estructuras elementales de la violencia: Contrato y status en la etiología de la violencia*. Brasília: Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Série Antropologia (334), 2003. p. 1-19.

SILVA, G.; FONTES, G.; MARQUES, F. Mulheres jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: Como as relações de gênero interferem na produção jornalística. *Anais do VIII Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo*. Evento online, 28 de agosto de 2021.

SREBERNY, A. Violence against women journalist. *In: VEGA MONTIEL, A. (Org.). Media and gender: a scholarly agenda for the Global Alliance on Media and Gender*. Paris: UNESCO, 2014, p. 30-33.

TUCKER, A., GUESS, A., VACCARI, C. et al. *Social media, political polarization, and political disinformation: a review of the scientific literature*. Hewlet Foundation: Março, 2018.

VAZ, P., SANCHOTENE, N., SANTOS, A. Populismo conservador e a disputa pelo lugar de vítima da eleição de 2018. *C&S – São Bernardo do Campo*, v. 42, n. 1, p. 327-361, jan.-abr. 2020

VEGA MONTIEL, A. Violencia contra mujeres periodistas. *Interdisciplina*: v. 7, n. 17, p. 57-67, 2019.

WAISBORD, S. Mob censorship: online harassment of US journalists in times of digital hate and populism. *Digital Journalism*, v. 8, n. 8, 2020, p. 1030-1046.

WARDLE, C., DERAKSHAN, H. *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking*. Council of Europe report, 2017.

YIN, R. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4a Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZATTAR, M. **Prática informacional em redes no domínio da Governança da água: um estudo sobre o processo de produção do conhecimento**. 2017. 159 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/handle/123456789/941>>. Acesso em: 30 out. 2021.

6.2. REPORTAGENS E SITES DA INTERNET

ALVES, S. **JULGAMENTO DE INFLUENCER MARIANA FERRER TERMINA COM TESE INÉDITA DE ‘ESTUPRO CULPOSO’ E ADVOGADO HUMILHANDO JOVEM**. The Intercept Brasil: 03 nov 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/> Acesso em: 30 mar 2022.

AFONSO, N. **Em 2021, Bolsonaro atacou imprensa em 86% das lives transmitidas em suas redes sociais**. Revista piauí: 22 dez 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2021/12/22/ataque-imprensa-bolsonaro-2021/> Acesso em 21 maio 2022.

BELL, E. **At White House Press Conferences, No Questions Allowed**. The Atlantic: 14 jan 2019. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/politics/archive/2019/01/donald-trump-continues-to-call-the-media-fake-news/579670/> Acesso em: 15 maio 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. CPMI das Fake News - Oitiva de Hans River do Rio Nascimento | 11/02/2020. YouTube, 11 fev. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iLozDVNk0WA> Acesso em: 06 abr. 2022.

CAMPOS MELLO, P. **Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp**. Folha de S. Paulo, 18 out 2018-A. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em: 02 abr. 2022.

_____. **Documento confirma oferta ilegal de mensagens por WhatsApp na eleição**. Folha de S. Paulo, 20 out. 2018-B. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/documento-confirma-oferta-ilegal-de-mensagens-por-whatsapp-na-eleicao.shtml> Acesso em: 02 abr. 2022.

CHARLEAUX, J.P. **A condenação de Bolsonaro por ataques recorrentes a jornalistas**. Nexo Jornal, 08 jun. 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/06/08/A-condena%C3%A7%C3%A3o-de-Bolsonaro-por-ataques-recorrentes-a-jornalistas> Acesso em: 11 jun 2022.

COURA, K. **TJSP anula condenação de Hans River a indenizar jornalista Patrícia Campos Mello**. JOTA - Jornalismo e tecnologia para tomada de decisões, 15 fev 2022. Disponível em: <https://www.jota.info/coberturas-especiais/liberdade-de-expressao/hans-river-patricia-campos-mello-tjsp-15022022> Acesso em: 18 abr 2022.

ESPERDIÃO, M., KLEIM, L., TEIXEIRA P. **Jornalistas mulheres são as maiores vítimas de ataques no ambiente digital**. Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, São Paulo, 07 dez. 2020. Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/jornalistas-mulheres-sao-as-maiores-vitimas-de-ataques-no-ambiente-digital> Acesso: 25 abr. 2021

FERNANDES, T., DIAS, M., SEABRA, C. *et al.* **Bolsonaro nega controlar campanha de empresas no WhatsApp**. Folha de S. Paulo, 19 out. 2018. Disponível

em:<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/bolsonaro-diz-nao-ter-controle-sobre-acao-de-empresas-no-whatsapp.shtml> Acesso em: 02 abr. 2022.

FOLHA DE S. PAULO. Ex-funcionário de empresa de disparo em massa mente a CPI e insulta repórter da Folha. Folha de S. Paulo, 11 fev 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/ex-funcionario-de-empresa-de-disparo-em-massa-mente-a-cpi-e-insulta-reporter-da-folha.shtml> Acesso em: 11 jun 2022

GARCIA, R. 7% dos brasileiros afirmam que Terra é plana, mostra pesquisa. Folha de S. Paulo, 14 jul. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/07/7-dos-brasileiros-afirmam-que-terra-e-plana-mostra-pesquisa.shtml> Acesso em 11 jun 2022.

GRATON, I. CPMI das Fake News é instalada no Congresso. Senado Notícias: 04 set. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/04/cpmi-das-fake-news-e-instalada-no-congresso> Acesso em: 06 abr. 2022.

GREENWALD, G., REED, B. DEMORI, L. Como e por que o Intercept Brasil está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sérgio Moro. The Intercept Brasil, 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/> Acesso em: 08 maio 2022.

MARTINS, T. Hashtags #ForaWeintraub e #JuntosComWeintraub travam batalha no Twitter. Correio Braziliense, 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/enem/2020/02/11/interna-enem-2019,827325/hashtags-foraweintraub-e-juntoscomweintraub-travam-batalha-twitter.shtml> Acesso em 10 maio 2022.

MAZUI, G. PINHEIRO, L. GARCIA, M. Vacina 'não está comprovada cientificamente', diz Bolsonaro, contrariando o que disse a Anvisa e as provas obtidas por cientistas. G1, 22 jan. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/01/22/vacina-nao-esta-comprovada-cientificamente-diz-bolsonaro-contrariando-o-que-disse-a-anvisa-e-as-provas-obtidas-por-cientistas.ghtml> Acesso em: 11 jun. 2022.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Bolsonaro e o 'gabinete do ódio': entenda as investigações da PF. O Estado de São Paulo, 11 fev. 2022. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-e-o-gabinete-do-odio-entenda-as-investigacoes-da-pf,70003976392> Acesso em 11 jun. 2022.

SABÓIA, G. Relembre declarações com ofensas às mulheres feitas pelo presidente e a família Bolsonaro. O GLOBO. Rio de Janeiro, 8 de mar de 2022. Disponível em:<https://oglobo.globo.com/politica/relembre-declaracoes-com-ofensas-as-mulheres-feitas-pelo-presidente-a-familia-bolsonaro-25423642>. Acesso em: 12 de mar de 2022.

SCHUQUEL, T.. PCDF diz que Patrícia Lélis mentiu sobre supostas ameaças de Eduardo Bolsonaro. Metrôpoles, 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/pcdf-diz-que-patricia-lelis-mentiu-sobre-supostas-ameacas-de-eduardo-bolsonaro> Acesso em 09 jun 2022.

SÖGUR HOUS, D. Ataques de Bolsonaro à imprensa ameaçam a democracia, dizem associações de jornalistas. Folha de S. Paulo, 22 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/ataques-de-bolsonaro-a-imprensa-sao-descompromisso-com-a-democracia-dizem-associacoes-de-jornalistas.shtml> Acesso em: 11 jun. 2022.

THOMAZ, K. Laudo aponta que jornalista é 'mitomaníaca', diz delegado de SP. G1, 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/08/laudo-aponta-que-jornalista-e-mitomaniaca-diz-delegado-de-sp.html> Acesso em 09 jun 2022.

TUROLLO, Reynaldo Jr., CASADO, Letícia. WhatsApp bloqueia contas; TSE e PGR apuram atuação eleitoral de empresas. Folha de S. Paulo, 19 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/whatsapp-bloqueia-contas-tse-e-pgr-apuram-atuacao-eleitoral-de-empresas.shtml> Acesso em: 02 abr. 2022.

URIBE, Gustavo. Bolsonaro insulta repórter da Folha com insinuação sexual. Folha de S. Paulo, 18 fev. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/bolsonaro-insulta-reporter-da-folha-com-insinuacao-sexual.shtml> Acesso em: 18 abr 2022.